



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP**

RICARDO TEDESCHI CANO

**ESTUDOS SOBRE O SUBDESENVOLVIMENTO
CAPITALISTA
AS TEORIAS DE PAUL A. BARAN, ANDRE G. FRANK E
RUY M. MARINI.**



**ARARAQUARA – SP
2012**

RICARDO TEDESCHI CANO

ESTUDOS SOBRE O SUBDESENVOLVIMENTO
CAPITALISTA
AS TEORIAS DE PAUL A. BARAN, ANDRE G. FRANK E
RUY M. MARINI.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Conselho de Curso de Ciências
Sociais, da Faculdade de Ciências e Letras –
Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção
do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof^º. Dr^ª. Maria Orlanda Pinassi

ARARAQUARA – SP
2012

Cano, Ricardo Tedeschi

Estudos sobre o subdesenvolvimento capitalista: as teorias de Paul A. Baran, Andre G. Frank e Ruy M. Marini / Ricardo Tedeschi Cano. – 2012

70 f. ; 30 cm

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Sociais)
– Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras,
Campus de Araraquara

ORIENTADOR: MARIA ORLANDA PINASSI

1. Capitalismo. 2. Desenvolvimento e subdesenvolvimento.
3. Marxismo. I. Título.

RICARDO TEDESCHI CANO

**ESTUDOS SOBRE O SUBDESENVOLVIMENTO
CAPITALISTA
AS TEORIAS DE PAUL A. BARAN, ANDRE G. FRANK
E RUY M. MARINI.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Ciências Sociais, da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof^ª Dr^ª. Maria Orlanda Pinassi

Data da defesa/entrega: ___/___/___

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Maria Orlanda Pinassi
Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara

Membro Titular: Prof^º. Dr^º. José Antonio Seggato
Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara

Membro Titular: Prof^ª. Dr^ª. Silvia Beatriz Adoue
Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

DEDICATÓRIA

Em memória de meu pai, Djalma Cano,
O eterno poeta, médico, professor e amigo.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de registrar aqui minhas saudações a todos que participaram deste momento importante para meus estudos, e mais do que isso, contribuíram diretamente para a minha formação como cientista social e ser humano no decorrer de minha vida.

Primeiramente, aos meus pais, que com muita dedicação e amor me proporcionaram diversos conhecimentos e sentimentos que serviram de rico substrato material e espiritual para minha formação como ser. Com relação a este trabalho, agradeço minha mãe, Maria Aparecida Tedeschi Cano, por ter me auxiliado na preparação do projeto e sanando muitas dúvidas que surgiram durante a produção monográfica, e meu pai, Djalma Cano, por ter corrigido meus textos e ter dado conselhos valiosos, principalmente sobre o português;

Às minhas irmãs, Marina e Gabriela, por acompanharem o passo a passo. A primeira compartilhando o dia a dia dos estudos, a segunda corrigindo meus escritos juntamente com seu companheiro e meu cunhado Joaquín Pérren; ambas ministrando conhecimentos, com sensibilidade e inteligência.

Aos diversos amigos, que me ajudaram e ajudam a construir as passagens do amadurecimento, incluo aqui todos aqueles que dividiram suas experiências. Os que participaram desde a infância nas ruas do Jardim Recreio em Ribeirão Preto, até aqueles conhecidos profundamente apesar de recente e que me trazem nas suas peculiaridades, a noção de comunidade, tão importante para o homem, um abraço a todos os “tarrakos”; Aos que partilharam todos os esforços de muitos treinos e de diversos momentos prazerosos, como os jogos e campeonatos, além das reuniões de amigos: um abraço ao Handebol Unesp Araraquara.

Aos professores, que participaram desde tão cedo e contribuíram tanto para minha formação intelectual e cívica, desde a infância até os dias atuais. Sou grato pela paciência e dedicação que tiveram nas tentativas de transmitirem saberes.

À Atlético Mané Garrincha, que por três anos de minha vida e graduação me proporcionou oportunidades de aprendizado através de grandes experiências, principalmente aquelas sobre sacrifícios, respeito, dedicação, coletividade e responsabilidade. Deixo aqui alguns nomes a quem agradeço por ter compartilhado ensinamentos e aprendizados: Leonardo La Selva, Orlando Fernandes, Cristhian Furlan, Ben Hur Miglioransa, Tatiana Veríssimo, Ana Luísa Mourão, Felipe Assad e a todos os demais que contribuíram de uma forma ou de outra para manter a Mané funcionando.

Aos funcionários da UNESP Araraquara, que cotidianamente colaboraram com minha formação, auxiliando, sempre prestativos e da forma que podiam, minhas atividades acadêmicas e atléticas.

À Prof.^a Dr.^a Maria Orlanda Pinassi, que gentilmente me aceitou como orientando e me ajudou a sentir a confiança necessária para explorar o tema que me propus.

Sou muito grato à minha namorada e companheira, Thaís Diniz Oliveira, que sempre esteve por trás de meus esforços me incentivando diariamente com suas palavras e com seus gestos de carinho; suas correções e sugestões foram de grande estima e valia. Nossas conversas jogaram luz sobre muitas coisas em minha vida.

EPÍGRAFE

“Nossa convicção de que uma revolução é inevitável varia em proporção ao nosso distanciamento dela e da oportunidade que temos de refletir friamente”

Edmund Wilson (1986, p.56)

RESUMO

O subdesenvolvimento é um objeto de alta relevância na realização de pesquisas, releituras e estudos para as ciências sociais em geral. Considera-se neste trabalho que a perspectiva marxista de interpretação sobre o fenômeno em questão é de vital importância para se realizar uma análise profunda, histórica e estrutural, sobre as origens e as possíveis soluções dos problemas causados pelo mesmo em inúmeros países. Foi feita uma análise teórica de três autores marxistas estudiosos do tema: Paul A. Baran, André G. Frank e Ruy M. Marini. Como eles pensaram o subdesenvolvimento? Quais foram suas contribuições científicas para o tema? O objetivo deste trabalho é através de uma análise comparativa entre os autores, sintetizar suas considerações sobre a problemática do subdesenvolvimento e organizar um arcabouço teórico e conceitual acerca das questões do desenvolvimento/subdesenvolvimento capitalista e suas relações dinâmicas. Para isso, elegemos quatro variáveis que sustentam este exercício comparativo, sendo elas: a origem, as causas, as conseqüências e as vias de superação do subdesenvolvimento. Este trabalho monográfico foi realizado a partir do estudo de algumas das principais obras dos autores citados bem como da leitura de outros autores que comentaram sobre estas teorias e conceitos. As considerações dos autores, sobre a vitalidade do subdesenvolvimento dentro da lógica capitalista mundial, resgatam o debate sobre a transformação deste projeto de sociedade por outra, já que somente assim seria possível reverter o rumo da história dos povos do mundo e de grande parte da humanidade que ainda se encontra submersa no “reino da necessidade”.

Palavras - chave: Subdesenvolvimento. Desenvolvimento. Capitalismo. Marxismo.

ABSTRACT

The underdevelopment is a high relevance subject in researches and studies for the general social sciences. In this monographic paper, the marxist analysis perspective of the phenomenon approached is considerate of great importance to make a deep overlook, historical and structural, about the origins and solutions possibilities for the issues caused by it over several countries. Has been done here a theoretical analysis of three studios marxist authors of the subject: Paul A. Baran, Andre G. Frank and Ruy M. Marini. How they thought underdevelopment? Which were their scientific contributions to this theme? The main goal of this paper is to do a comparative analysis of these authors, synthesize their considerations about the underdevelopment issues and organized a theoretical and conceptual framework for a better understanding of the matters in capitalist development/underdevelopment relationship. To accomplish that, we elected four variables that supports this comparative exercises, they are: the origins, the causes, the consequences and the way-out of the underdevelopment conditions. This monographic work was made through studies of some principals books and articles of the cited authors as well as the reading of others authors that commented their theories and concepts. The considerations about the underdevelopment vitality under a world capitalist logical, rescues the debate on the transformation of this entire society project for another, been this movement the only way possible to reverse the path of the world people's history and the major part of humankind that still lives into the "necessity kingdom".

Keywords: Underdevelopment. Development. Capitalism. Marxism

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Metodologia.....	11
Contextualização histórica e teórica	12
1 PAUL A. BARAN	14
1.1 O conceito de excedente econômico	14
1.2 A atuação dos monopólios.....	16
1.3 Diagnóstico do subdesenvolvimento	20
1.3.1 Características do subdesenvolvimento.....	21
1.3.2 A atuação do Estado nos países subdesenvolvidos	24
1.3.3 Tentativas de explicar o subdesenvolvimento	26
1.3.4 Prescrição aos países subdesenvolvidos	27
2 ANDRÉ GUNDER FRANK	29
2.1 O processo histórico do subdesenvolvimento	29
2.2 Um novo olhar sobre o subdesenvolvimento	33
2.3 Os equívocos teóricos acerca do subdesenvolvimento.....	35
2.4 Caminhos para o desenvolvimento.....	43
3 RUY MAURO MARINI	46
3.1 A vinculação ao mercado mundial	46
3.2 Dependência e subdesenvolvimento.....	49
3.2.1 Intercâmbio desigual.....	50
3.2.2 Super-exploração do trabalho.....	52
3.2.3 O ciclo do capital dependente.....	53
3.3 Superação do subdesenvolvimento / dependência	54
3.3.1 O desenvolvimento capitalista autônomo	55
3.3.2 O sub-imperialismo	57
3.3.3 O socialismo	60
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
5 REFERÊNCIAS	68
6 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	69

INTRODUÇÃO

De ampla importância científica, o tema do subdesenvolvimento possui um papel relevante para a realização de pesquisas, releituras e estudos para as ciências sociais em geral, pois além de ser um fenômeno histórico de ampla abrangência mundial, é uma ferramenta teórica valiosa para se compreender os desdobramentos históricos, sociais, econômicos e políticos do capitalismo em sua totalidade.

Considera-se neste trabalho que a perspectiva marxista de interpretação sobre o fenômeno em questão seja de vital importância para se realizar uma análise profunda, histórica e estrutural, sobre as origens e as possíveis soluções dos problemas causados pelo mesmo em inúmeros países. Para isso, foi feita uma análise teórica de três autores marxistas estudiosos do tema: Paul A. Baran, André G. Frank e Ruy M. Marini.

Estes autores, não foram escolhidos aleatoriamente, e sim pelo fato de terem investido grande esforço intelectual para compreender a totalidade do processo de subdesenvolvimento, ou seja, a origem, as causas, as conseqüências e a solução do mesmo, encontrando em suas buscas por respostas, diversos fatores explicativos sobre o fenômeno, o que se encaixa perfeitamente com o propósito deste trabalho. A tentativa desta monografia é a de pesquisar estas diferentes perspectivas marxistas sobre o tema e buscar uma compreensão mais ampla desta diversidade de explicações e fatores.

Como estes teóricos marxistas pensaram o subdesenvolvimento? Quais foram suas contribuições científicas para o tema? Mesmo pertencendo a uma mesma corrente filosófica e científica de abordagem, o recorte teórico feito por cada autor e a temporalidade de suas interpretações trazem consigo diferenças analíticas sobre o fenômeno e seus desdobramentos.

A hipótese deste estudo é construída em cima da premissa de que as considerações feitas por cada autor, sobre o fenômeno a ser estudado, são de certa forma diversas, porém complementares, e quando colocadas em um mesmo estudo, facilita a compreensão do mesmo.

Desta forma, identificamos através de uma exposição mais ampla sobre as considerações de cada autor em seus estudos sobre o fenômeno em questão, os pontos convergentes e divergentes existentes dentro destes enfoques marxistas, e assim esboçamos

um quadro mais abrangente sobre o que se entende por subdesenvolvimento. É necessário elucidar que as análises referentes ao subdesenvolvimento e à sua “fisiologia” foram tratadas, pelos autores, através de uma “linguagem” econômica.

O objetivo deste trabalho é através de uma análise comparativa entre os autores, sintetizar suas considerações sobre a problemática do subdesenvolvimento e organizar um arcabouço teórico e conceitual para melhor situar as questões acerca do desenvolvimento/subdesenvolvimento capitalista, abordando as diferentes perspectivas existentes dentro da corrente marxista de pensamento.

O trabalho proposto visa resgatar o debate feito nas décadas de 50, 60 e 70 sobre o desenvolvimento do capitalismo e o conseqüente subdesenvolvimento da maioria das regiões mundiais. Tal debate é de importância fundamental para os dias atuais, tanto devido à insuperável situação de subdesenvolvimento em que se encontram diversos países quanto para trazer à luz, através de uma perspectiva marxista, o fenômeno do subdesenvolvimento como um processo histórico de formação, que possui uma lógica de funcionamento, causas originárias e estruturas que garantem sua reprodução.

Metodologia

Este trabalho monográfico foi realizado a partir do estudo de algumas das principais obras de Paul A. Baran, André G. Frank e Ruy M. Marini bem como da leitura de outros autores que comentaram sobre suas teorias e conceitos.

A monografia foi estruturada em três capítulos e as considerações finais. Em cada capítulo, destinado às teorias de cada autor, abordamos de forma geral as idéias, os conceitos e as discussões dos mesmos sobre o subdesenvolvimento. A convergência destas abordagens em um mesmo texto deu origem a um tipo de capítulo-resumo sobre cada pensador, e é exatamente esta a idéia, pois nos permitiu a realização de um panorama geral dos trabalhos realizados pelos pensadores estudados, fundamental para não reduzi-los às nossas variáveis, o que empobreceria muito suas contribuições teóricas.

No entanto, para os fins a que nos propomos nesta monografia, a elaboração destes capítulos-resumos de caráter abrangente, nos possibilitou retirar de cada um destes autores, suas posturas acerca das variáveis eleitas (a origem, as causas, as conseqüências e as vias de

superação), que são essenciais para construirmos nosso arcabouço teórico e conceitual sobre o subdesenvolvimento capitalista.

Sendo assim, na parte final desta monografia temos as considerações finais, parte esta que possui um caráter sintetizador sobre os estudos realizados, pois reúne através das variáveis, as perspectivas de cada autor sobre elas, nos levando em direção ao objetivo proposto.

Contextualização histórica e teórica

As teorias aqui analisadas estão localizadas em um mundo pós - Segunda Guerra Mundial, dentro de uma intensa disputa hegemônica, política, econômica e ideológica, entre dois projetos de sociedade que marcaram o período da Guerra Fria, os projetos capitalista e socialista.

A ocorrência de uma ilusória etapa desenvolvimentista para alguns países ex-colônias durante as Guerras Mundiais e a crise de 1929 colocou em foco propostas otimistas quanto à possibilidade de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, onde temos as teorias desenvolvimentistas e da modernização como as grandes referências deste período.

Porém, com a retomada da dinâmica do desenvolvimento capitalista mundial pelos países centrais, principalmente os Estados Unidos, após sua recuperação econômica, as grandes “amarras” voltaram a estreitar a capacidade dos países subdesenvolvidos de traçarem seus próprios caminhos rumo ao desenvolvimento econômico e social. É nesta nova realidade que surgem as teorias aqui estudadas (SANTOS, 2011; MARTINS, 2011).

Anterior ao movimento que daria origem às teorias da Dependência, Paul A. Baran, que escreve suas principais obras *A Economia Política do Subdesenvolvimento*, em 1957, e juntamente com Paul Sweezy *O Capitalismo Monopolista*, em 1966, se localiza de certa forma dentro de uma perspectiva desenvolvimentista, porém crítica, já que diferentemente de outros autores desta corrente ele não interpreta como possível a realização de um progresso econômico e social para os países subdesenvolvidos dentro de uma lógica capitalista mundial, onde os monopólios, afiançados pelos Estados são os novos e influentes agentes econômicos (MARTINS, 2011).

André G. Frank e Ruy M. Marini são autores integrantes do movimento teórico que se consagrou mundialmente como Teoria da Dependência e estão localizados dentro de sua vertente marxista de análise. Em sua forma geral, estes autores analisam o subdesenvolvimento como uma condição estrutural e histórica do desenvolvimento do capitalismo mundial, onde o contínuo processo de inserção destes países no mercado mundial impossibilitaria a construção de um desenvolvimento autônomo para estes, sendo necessário para isso, a ruptura com esta lógica.

Frank escreve suas obras mais comentadas, *Capitalismo e Subdesenvolvimento na América Latina* e *América Latina: Subdesenvolvimento ou Revolução*, nos anos de 1970 e 1969 respectivamente. Já Marini, escreve sua principal obra *A Dialética da Dependência* em 1973.

Localizadas no decorrer das décadas de 50, 60 e 70, estas teorias perdem força política e ideológica com o colapso do mundo soviético, porém de forma alguma perdem sua validade científica de interpretação econômica, política e social do desenvolvimento do capitalismo moderno e suas tendências. O resgate destes autores e seus debates é uma das preocupações gerais deste trabalho.

É necessário deixar claro que este trabalho não parte da premissa de que estes autores aqui estudados possuem a única verdadeira versão sobre a problemática do subdesenvolvimento, e nem que eles inauguraram tal discussão. De fato, eles contribuíram enormemente para o avanço deste debate, porém estes autores se baseiam em teorias e discussões anteriores, como a do imperialismo, mais focalizado em Lênin, Rosa Luxemburgo e Hilferding, bem como a do desenvolvimento desigual e combinado, postulado de León Trotski e do ambiente da Internacional Comunista. Este ponto se encontra mais presente nas abordagens de Frank e Marini. (MANTEGA, 1985, ps.211 - 213)

Por tratarmos de autores que se utilizam o sistema analítico marxista, e por adentrarmos no campo econômico, os marcos teóricos deste trabalho estão localizados em sua grande maioria, na Economia Política Clássica. Os autores utilizam os conceitos de composição orgânica do capital, capital constante e variável, divisão do trabalho (internacional), acumulação de capital e mais-valia, todos localizados dentro das concepções analíticas de Karl Marx (1968). Os demais conceitos presentes neste trabalho são originários dos próprios autores estudados.

1 PAUL A. BARAN

A análise feita por Paul A. Baran (1966; 1986) sobre os processos de desenvolvimento do capitalismo contribuiu de forma inédita para as reflexões sobre os problemas do subdesenvolvimento econômico e social de numerosos países do mundo. Suas contribuições modificaram a perspectiva de análise sobre tal fenômeno, tanto em seu aspecto metodológico como em seu aspecto de alcance prático.

Em relação à sua primeira contribuição, Baran por adotar a perspectiva da totalidade dialética de desenvolvimento capitalista, considera o processo de subdesenvolvimento ocorrido em certos países como intimamente ligado ao processo de desenvolvimento de outros, e cria assim uma nova ferramenta de análise para averiguar esta íntima relação, ferramenta conceitual que o autor chama de excedente econômico.

A outra contribuição, para o estudo de tal fenômeno socioeconômico aqui tratado, está relacionada com a gênese prática de tal processo de desenvolvimento/subdesenvolvimento: o capitalismo monopolista, representado pelas empresas monopolistas e seus indivíduos membros. Expomos adiante mais detidamente estas contribuições científicas e sua perspectiva inovadora sobre o fenômeno, para se obter uma melhor compreensão do subdesenvolvimento capitalista.

1.1 O conceito de excedente econômico

Elaborado em seu livro *A Economia Política do Desenvolvimento Econômico*, (BARAN, 1986), o conceito de excedente econômico propicia à análise científica uma maior possibilidade de compreensão sobre as potencialidades e deficiências de um país se desenvolver econômica e socialmente, e propõem para as ciências sociais uma nova forma de trabalho, quando o debate se faz sobre as diretrizes a serem tomadas para se alcançar tal desenvolvimento, já que procura estabelecer um entendimento sobre tal processo.

Em sua definição básica, excedente econômico é a diferença existente, seja em recursos materiais ou em forma de capital, entre a produtividade e o consumo de uma sociedade. Assim, para que exista excedente, é necessária uma produção de bens materiais superior ao consumo necessário de uma dada população. Por esse motivo, o autor define o

desenvolvimento econômico como um “aumento ao longo do tempo da produção *per capita* de bens materiais” (BARAN, 1986, p.47), apesar de todas as dificuldades, reconhecidas pelo autor, de definir bem-estar econômico e social como relacionado diretamente a um aumento da produtividade. Porém, esta definição de desenvolvimento econômico e social de um país passa a ter maior validade e significado quando relacionado ao conceito de excedente econômico, e suas conseqüentes considerações sobre a magnitude e o modo de utilização deste, ou seja, quanto e como são utilizados estes recursos produzidos; ou ainda, se são utilizados como consumo ou como novos investimentos produtivos, por exemplo.

Para um maior refinamento teórico explicativo, o conceito de excedente econômico é especificado em três variações:

[...] o excedente econômico real, o potencial e o planejado. O excedente real corresponde a toda massa de recursos da economia disponível, uma vez deduzido o consumo; o excedente potencial se refere a massa de recursos que poderia ser dedicada ao investimento, uma vez eliminados o desemprego, o sub-emprego ou consumo suntuário dos capitalistas e da burocracia governamental; e o excedente planejado, se desenvolveria numa sociedade socialista que eliminaria o lucro como princípio de organização social (MARTINS, 2011, p.176).

A primeira variação (real ou efetivo) está relacionada com a existência das condições materiais de uma sociedade, é composto por aqueles fatores que existem na cadeia produtiva dos bens materiais, como equipamentos, unidades produtivas, estoques, divisas e ouro entesourado. Para se chegar ao excedente econômico efetivo, é necessário calcular a diferença entre o produto social efetivo de uma comunidade (tudo aquilo que ela produz) e o seu efetivo consumo. O excedente sempre foi gerado em todas as formações socioeconômicas já conhecidas, diferindo apenas estruturalmente e em sua magnitude ao longo do desenvolvimento histórico das sociedades.

Já a segunda variação (potencial), está relacionada com a capacidade produtiva de uma sociedade caso ela adotasse medidas mais eficientes e/ou racionais de produção, como uma melhor administração, ou uma eficaz aplicação tecnológica ou ainda, um controle mais rígido sobre o desperdício. O excedente econômico potencial é a diferença entre o produto social que poderia ser obtido em um dado meio natural e tecnológico (com o auxílio de recursos realmente existentes) e o que se considera consumo indispensável para uma dada sociedade. É uma categoria de considerável interesse científico para a compreensão da irracionalidade

capitalista (principalmente em sua fase monopólica), ao se analisar o subemprego tanto de mão-de-obra quanto de materiais, por exemplo, sendo também de grande sentido prático para se alcançar o desenvolvimento econômico e social através de uma nova perspectiva de investimentos.

Por último, temos a terceira variação (planejado), na qual o autor trabalhará apenas ao final de seu livro supracitado, e que pode ser aplicado e compreendido apenas nos países socialistas. Baran (1986) considera as políticas econômicas e sociais de um país socialista, mais racionais do que as implementadas sob o capitalismo, pelo simples fato de que as primeiras se orientam para o bem-estar social total e as últimas são orientadas por maiores taxas de lucro e reprodução de capital.

Com estas ferramentas teóricas, o autor passa a analisar as práticas efetivadas pelo capitalismo, tanto em sua forma competitiva quanto em sua forma monopolista, e como tais ações proporcionam desenvolvimento ou estagnação, dentro do próprio país de origem bem como nos países externos que serão colocados sob a órbita do capital monopolista. Para isso, é necessário discorrermos um pouco sobre o fenômeno do monopólio.

1.2 A atuação dos monopólios

Para Baran (1986), o capitalismo possui diferenças marcantes entre suas “etapas”: competitiva e monopolista. Deixando de lado os aspectos históricos que cunham o monopolismo, pois não é o objetivo deste trabalho, é necessário apenas enfatizar que a concentração e a centralização de capital irão alterar de forma tangível a orientação capitalista em sua busca por lucros.

De acordo com o autor, por mais que o capitalismo competitivo esteja assentado sobre a exploração de uma classe pela outra, a concorrência entre os capitalistas (donos dos meios de produção) proporciona, para a sociedade, novas potencialidades produtivas (tanto no campo quanto na cidade), novas criações tecnológicas que contribuem para a constante emancipação do homem frente a seu estado natural, desenvolvendo-se ao mesmo tempo as forças produtivas de uma sociedade e modificando-se aos poucos as relações de produção.

O que difere no capitalismo monopolista, não é a sua pouca capacidade de gerar uma maior produtividade e por consequência um maior excedente econômico, mas sim de colocar

o desenvolvimento das forças produtivas em um movimento retrógrado. Para esclarece tal idéia:

Não há dúvida de que em certa fase do desenvolvimento capitalista (cinquenta ou oitenta anos atrás), o crescimento da grande empresa, do monopólio e do oligopólio constituiu um fenômeno progressista, pois possibilitava o aumento da produtividade e o progresso da ciência. Não é menos verdade que esse mesmo fenômeno tende a tornar-se hoje uma força retrógrada – econômica, social, cultural e politicamente – pois dificulta e distorce o processo de desenvolvimento das forças produtivas. O fato de que a concorrência não seja compatível com a produção moderna, tecnicamente avançada, não equivale à proposição de que o monopólio seja uma estrutura racional para o desenvolvimento das forças produtivas (BARAN, 1986, p.96)

Enquanto no capitalismo competitivo, os incrementos tecnológicos e a orientação para baixar custos reais de produção e minimizar os desperdícios são estimulados, para se obter um produto social máximo, devido a uma pressão social por permanência do capitalista dentro do mercado, no capitalismo monopolista elas são desinteressantes ou desestimulantes em certo ponto, pois, investir em maior capacidade produtiva significa uma perda de capital investido anteriormente em maquinarias bem como uma diminuição das margens de lucro.

Dáí surge a necessidade de reduzir a oferta de produtos, o que culmina no estabelecimento de alta capacidade ociosa das empresas, nas restrições ao aumento da produção agrícola e no desemprego, tanto de trabalhadores como de materiais de produção.

Portanto, o capitalismo monopolista deixa de ser uma iniciativa progressista como em seus primórdios, que possibilita a princípio um aumento da produtividade e do progresso técnico-científico, devido à concentração de capitais e a necessidade de remunerá-los com grandes lucros, para se tornar uma força contrária ao desenvolvimento pleno, pois dificulta e distorce o processo de desenvolvimento das forças produtivas em detrimento da manutenção das taxas de lucros.

Se os investimentos em uma maior capacidade produtiva culminam em perdas de capital, investido anteriormente na compra de maquinários, e em quedas de lucros, decorrentes de uma não realização de mercadorias (superprodução), ou seja, de um aumento na oferta, o capitalismo monopolista se mostra contrário ao constante aperfeiçoamento técnico produtivo. Assim, o monopólio exerce uma ação seletiva, sendo contra as inovações técnicas que aumentam a produtividade e a favor das que poupam fatores. Este estado de imobilidade

do capitalismo monopolista só é superado por impulsos “externos” e “internos”. Estes últimos foram analisados no livro *Capitalismo Monopolista* de Baran e Sweezy (1966).

O que está em questão é o papel das empresas monopolistas, as personificações institucionais do capital, em sua busca por lucros crescentes. Considerando desvantajoso investir, em suas próprias instalações, os lucros obtidos nos contínuos processos de produção/consumo, para atuar em um mercado interno tornado restrito e controlado, o capital monopolista não necessitará apenas de “impulsos internos”, mas também de “impulsos externos”.

Buscando reverter assim sua situação de tendência estagnacionista, através do investimento do excedente econômico abundante produzido que passa a ficar estocado. Focaremos aqui apenas nos últimos, os “impulsos externos”, pois estes se relacionam mais diretamente como o problema do subdesenvolvimento.

Simplificadamente falando, o capitalismo monopolista precisa enfrentar sua contradição básica para manter-se funcionando, criar mecanismos de absorção de excedente econômico abundante produzido por sua estrutura produtiva. O grande agente estimulante do capital monopolista é o Estado.

Dentre as possíveis ações do Estado em auxílio à retomada do movimento produtivo das empresas monopolistas, para que estas não deixem de obter lucros e nem de efetivar sua acumulação de capital, é a facilitação e proteção dos investimentos monopolistas no exterior. Ou seja, garantir as exportações de capitais originados nos países capitalistas, que se encontram em fase monopólica, aos países que ingressam na lógica mundial deste sistema. As práticas monopolistas dentro da periferia capitalista, nos países subdesenvolvidos, começam assim a assumir uma estratégia de sobrevivência.

Esta simbiose entre Estado e burguesia, no caso, as empresas monopolistas, já havia sido explicitado por Lênin (1982), sob a nomenclatura de imperialismo, ou seja, quando o capital industrial-financeiro inicia um movimento de controle direto ou indireto do Estado, ditando suas diretrizes em busca de sua expansão por mercados e investimentos, principalmente ao exterior.

Para Baran (1986), o auxílio governamental aos monopólios para que estes atuem no mercado mundial possui três funções: 1) garantir política e militarmente (se necessário) as

áreas de investimentos do excedente econômico superabundante destes, 2) gerar gastos em busca de garantir o “pleno emprego”, principalmente dos trabalhadores, mantendo em alta tanto a produção social quanto a procura global ou o consumo deste (incentivo contra uma possível estagnação interna), e ainda, 3) absorver maior quantidade de excedente econômico vindo do exterior, seja garantindo o pagamento dos empréstimos efetuados ou mesmo facilitando a introdução de produtos gerados internamente nos mercados internos dos países exteriores.

Sobre as funções 1 e 2, estes gastos governamentais são cobrados da sociedade, e principalmente da classe trabalhadora através de impostos, e ainda assim não solucionará o problema da estagnação monopolista; o que se tem é uma ampliação do quadro anterior, pois a política do “pleno emprego” aumenta a massa de consumidores, aumenta o poder de consumo da sociedade como um todo, e aumenta por consequência, o montante de excedente econômico nas mãos das empresas, já que o ciclo do capital, produção/consumo, foi completado.

Surge assim, uma nova e inevitável necessidade de exportação de capitais. A solução keynesiana de gastos públicos de excedente econômico para promover prosperidade, como o plano “New Deal” nos EUA, não resolve em longo prazo a imobilidade interna do capital monopolista.

A este processo reprodutivo de exportação de capitais em massa ao exterior e principalmente aos países subdesenvolvidos, que oferecem condições favoráveis de altas taxas de lucros, pode-se dizer que é um movimento necessário de sobrevivência do capitalismo em sua etapa monopolista.

O autor observa ainda que os mecanismos de atuação governamental, em favor do capital monopolista, podem conduzir a sociedade mundial a fragilidades sociais, como as guerras, já que nesta lógica, a indústria bélica passa a exercer uma grande função tanto nos impulsos internos, com ampliação das instalações produtivas, quanto nos externos, sendo a força que garante a já expansiva tendência do capital.

Após demonstrar os fatores de imobilidade e os mecanismos de movimentação em auxílio ao capital monopolista, podemos nos dedicar à análise feita por Baran sobre o subdesenvolvimento, suas raízes históricas e suas características mais notáveis.

1.3 Diagnóstico do subdesenvolvimento

Com o objetivo de compreender o subdesenvolvimento, Paul Baran (1986) utiliza as leis gerais marxistas do desenvolvimento capitalista, buscando enquadrar sua movimentação total e as conseqüências deste desenvolvimento quando sua orientação se volta para a iniciante composição do capitalismo mundial. O movimento de expansão inevitável do capitalismo, originado na Europa Ocidental e dirigido ao amplo restante do mundo, como vimos anteriormente, traz conseqüências graves, políticas, sociais e principalmente econômicas, para os povos englobados a esta formação socioeconômica.

Com o único intuito de absorver as riquezas geradas por estas outras sociedades, o capital vindo do exterior promove duas situações irreversíveis para o desenvolvimento autônomo e futuro dos países que o “hospedam”: a desestruturação de sua organização social tradicional e a destruição de seus próprios mecanismos de acumulação de capital.

Baseando-se em seus conceitos de excedente econômico, Baran (1986) nos mostra que os países que adentram na órbita do capitalismo europeu deixam de acumular capital, fundamental para a promoção de seu posterior desenvolvimento econômico e social, pois este passa a ser absolutamente drenado, pelos monopólios, que passaram a atuar em seus mercados internos, e pelo Estado e burguesias locais (nativas), formada em sua maioria por comerciantes, arrendatários de terra e agiotas. Mas sem dúvida, a maior parte absorvida deste excedente é feita pela empresa estrangeira.

Para dar ênfase em suas constatações, Baran (1986) se utiliza de dois países como exemplos: a Índia e o Japão. O primeiro, demonstrando a capacidade destrutiva do capitalismo ocidental ao entrar em contato com esta sociedade, relegando-a ao subdesenvolvimento; e o segundo, demonstrando exatamente o contrário, ou seja, o desenvolvimento japonês apenas sendo possível devido a seu isolamento frente ao ocidente.

A lista de relatos de autoridades inglesas e indianas e dados estatísticos sobre o agravamento das condições sociais, econômicas e políticas da Índia durante e posteriormente à presença inglesa é enorme. Todos procurando demonstrar que a ocupação inglesa (representante do capital monopolista em busca de mercados) de territórios como a Índia, mas também como a China e as Índias Ocidentais Britânicas (atual Caribe) foi indubitavelmente prejudicial para o desenvolvimento destes povos.

Por outro lado, o estudo feito sobre o desenvolvimento japonês consegue demonstrar efetivamente seu progresso econômico e social, até a introdução deste país no capitalismo mundial. Progresso este experimentado, devido a medidas econômicas e políticas que só foram possíveis de serem implantadas devido à ausência dos fatores estrangeiros em suas decisões. O que se pode dizer em relação ao Japão, mas que não pode ser levado em consideração quando abordamos o caso da Índia e de tantos outros países, da Ásia, África e América Latina, é que seu processo de acumulação de capital não foi interrompido.

Baran (1986), ainda procura demonstrar que o processo de subdesenvolvimento colocado em andamento nestes países não foi ocasionado por uma questão de comportamentos sociais dos indivíduos nativos habitantes destas regiões e sim por um motivo básico de orientação do capitalismo, a busca por riquezas.

Nestas condições, o autor coloca em um mesmo grupo, países como os Estados Unidos, a Austrália e o Japão, pois estes tiveram um processo semelhante de entrada no capitalismo: foram menos predados, tiveram menor ocupação exterior, e sofreram menor apropriação de excedente econômico, simplesmente porque não possuíam tantas riquezas quanto os demais países africanos, asiáticos e latino-americanos.

Depois de efetuar uma análise histórica do processo de desenvolvimento e expansão do capitalismo europeu e as possíveis conseqüências deste para os demais países incorporados à sua estrutura de funcionamento, e depois de localizar os países subdesenvolvidos a serem analisados, Baran (1986) passa a traçar as características comuns e básicas destes para concretizar seu modelo teórico sobre o fenômeno.

1.3.1 Características do subdesenvolvimento

O subdesenvolvimento apresenta vários fatores que impedem sua superação. Na verdade, suas manifestações (representadas pela inserção de diversos povos e suas respectivas nações na lógica européia ocidental de expansão marítima e comercial) são intrínsecas, à estrutura capitalista mundial, o que objetivamente impediu a materialização das condições clássicas de crescimento econômico, experimentadas pelos países europeus.

Os países subdesenvolvidos apresentam, antes de qualquer coisa, uma exígua quantidade de produto social *per capita*, devido a uma grande subutilização de recursos

humanos e materiais. Mas apesar disso, uma grande fração do produto nacional é excedente econômico já que o consumo da classe trabalhadora é mantido em nível mínimo necessário, para sua subsistência, enquanto sua produção se mantém elevada para seus padrões tecnológicos.

O que diferencia o subdesenvolvimento do modelo clássico não está localizado na magnitude de excedente econômico gerado, mas sim em seu modo de utilização. A grande deficiência destes países é que o excedente gerado não é utilizado para uma expansão e aperfeiçoamento dos aparelhos produtivos da sociedade, mas destina-se ao uso suntuoso de uma aristocracia rural que possui o poder político (do Estado) e o econômico.

Tendo 50% da produção de excedente sendo gerada pelos camponeses, estes o utilizam para pagar juros, arrendamentos e impostos. Ficando tal excedente nas mãos de latifundiários, agiotas, comerciantes e também do Estado, o país subdesenvolvido tem dificuldades de efetivar uma transição produtiva, que vai do setor mercantil para o setor industrial, ocorrendo assim a criação de obstáculos à industrialização.

Tanto o subdesenvolvimento quanto os obstáculos à industrialização não são efeitos apenas de fatores externos e internos. Como vimos, o subdesenvolvimento possui uma raiz histórica de exploração capitalista, mas também encontra respaldo nos estratos sociais existentes dentro dos países em questão, que se beneficiam de tal exploração.

O processo de industrialização fica inviabilizado não somente porque o capital mercantil (nas mãos da aristocracia nativa) não consegue ou não se interessa pelo setor industrial, mas também porque a indústria nativa é sufocada desde o princípio pela presença dos monopólios estrangeiros com seus produtos, sua alta capacidade produtivo-competitiva e suas possíveis absorções de instalações nativas.

A posição econômica dos países subdesenvolvidos, inseridos no capitalismo mundial como colônias, é a baseada na economia produtora e exportadora de matérias-primas e alimentos, enquanto possui um mercado interno abastecido pela indústria estrangeira; este processo tem como consequência o que o autor chama de “infanticídio industrial”.

O sufocamento de qualquer iniciativa nativa de industrialização tem por base a sua incapacidade de competição com os grandes monopólios para ingressar no mercado. Estes, atuando em territórios exteriores, respaldados pelas negociações políticas internacionais,

absorvem o excedente econômico gerado nestes países, através do pagamento de juros ao capital estrangeiro, adquiridos na forma de empréstimos, e das transferências dos lucros obtidos pelo capital estrangeiro inserido nas atividades produtivas externas, localizadas nos países subdesenvolvidos, para seus países de origem.

Para aqueles que defendem que os investimentos realizados por estas empresas possuem um resultado positivo em termos de desenvolvimento econômico e social nos países subdesenvolvidos, Baran (1986) demonstra que a importância destes investimentos é apenas um disfarce, já que são constituídos de pequenas quantidades de capital, pois pagam baixos preços por terras ou instalações, e suas futuras inversões não são decorrentes de novos montantes investidos de capital originários das empresas estrangeiras, mas sim de reinversões dos lucros obtidos com o investimento anterior.

A renda bruta gerada pela produção e/ou exportação é em sua ampla quantidade absorvida, uma mínima parte se destina para a remuneração da força de trabalho (salários baixos) e o conseqüente consumo mínimo destes (geralmente em produtos estrangeiros) e outra mínima parte para o consumo do capitalista (que também é em grande parte feita com produtos estrangeiros).

Percebe-se assim, que os investimentos em capital ou em infra-estrutura promovidos pelas empresas monopolistas estrangeiras não objetivam contribuir para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, mas apenas para ampliar sua capacidade de extrair excedente econômico e reproduzir seu capital.

É necessário frisar uma vez mais, com o motivo de entender a dinâmica da realidade subdesenvolvida, que o autor considera como um importante fator de origem e manutenção do subdesenvolvimento, a cooptação tanto da “burguesia nacional” (mercantil) quanto das ocupações administrativas do Estado destes países com as empresas estrangeiras e suas atividades, enrijecendo assim a conservação do *status quo*.

Quando não conquistada tal cooptação destes setores, as empresas recebem ajuda direta e/ou indireta de seus governos (através de ações políticas ou até militares) para desobstruir suas atividades.

1.3.2 A atuação do Estado nos países subdesenvolvidos

Sendo assim, os Estados dos países subdesenvolvidos exercem uma função relevante dentro deste cenário, já que contribuem com o modo de utilização do excedente econômico. Para Baran (1986), existem três agrupamentos possíveis de inserção, para efeito de análise, destes Estados, em relação a sua atuação na produção capitalista mundial, conforme suas posições políticas e econômicas. São eles: os países de administração colonial direta, os países “livres” das potências mundiais, mas dirigidos por elas (maioria dos países subdesenvolvidos) e os países adeptos do “New Deal”.

Os primeiros utilizam seu excedente, absorvido através de impostos, royalties e direitos de exportação, na melhoria de infra-estruturas necessárias para um maior desenvolvimento da atividade produtora e exportadora de matérias-primas, neste caso, o Estado toma a frente para realizar serviços como a construção de ferrovias, rodovias, portos, centrais elétricas e etc., atividades estas que raramente atraem o capital privado, mas que o beneficia sobremaneira ao aumentar a produtividade e os transportes dos materiais extraídos.

O segundo grupo, aparentemente libertos das potências capitalistas, mas dirigidos por elas através de governos locais submissos ao império, é composto pelos países do Oriente Médio e Venezuela, exportadores de petróleo (o que garante enormes quantidades absolutas de excedente econômico absorvido), e os países latino-americanos fornecedores de minérios estratégicos e produtos alimentares.

A diferença destes países com o primeiro grupo está no grau de exploração dos recursos que oferecem e na quantidade de excedente que recebem por esta, sendo ambos muito avançados nos países do segundo grupo. Caberia avaliar como tal excedente econômico apropriado por estes países é utilizado para seu desenvolvimento.

Em relação aos países produtores de petróleo, que possuem a maior “contribuição” indireta do capital estrangeiro, os gastos se direcionam em despesas suntuosas do estrato governamental (construção de palácios, títulos estrangeiros e consumo) em sua corrupção, na manutenção do aparato ideológico e espiritual de seus regimes religiosos (um crescente departamento eclesiástico) e na conservação de um mecanismo repressor que garante a sobrevivência de tal regime (um vasto aparelho militar), no caso dos países árabes.

Na Venezuela, que possui uma pequena, mas diferente aplicação de excedente no desenvolvimento econômico do país, talvez impulsionado por uma situação mais democrática de governo, a situação de beneficiar o capital estrangeiro é a mesma que a dos países sob administração colonial, investe-se através do poder público em setores desinteressantes, porém positivos para a contínua expansão e remuneração do capital estrangeiro. Faltando aplicações que objetivam o fortalecimento do mercado interno através do crescimento das indústrias de base, da expansão da produção agrícola e por conseqüência na ampliação da produção e do consumo da população.

Bem diferente destes países produtores de petróleo, os países produtores/fornecedores de materiais estratégicos e produtos alimentares possuem uma receita baixa, adquirida através da cobrança de impostos sobre a produção ou sobre a renda das empresas estrangeiras, assim o montante de excedente que retêm é muito inferior ao conseguido pelos primeiros países, tanto em termos absolutos como em termos relativos. Conseqüentemente, sua capacidade de promover investimentos para o desenvolvimento econômico e social de sua sociedade é mais limitado e não menos mal direcionado, com semelhantes gastos burocráticos, militares e suntuosos em benefício da classe dominante.

O terceiro e último grupo, considerados adeptos à linha política do New Deal, são governos levados ao poder através da conciliação de classe em sua busca por derrubar o domínio colonial e estabelecer a independência nacional. Tão logo tivesse êxito tal empreitada, a luta de classes voltava a ser estabelecida tendo a nova classe burguesa ascendente no controle do Estado e procurando apaziguar os ânimos revolucionários da classe trabalhadora.

Tais países, procurando estabelecer as bases de um capitalismo moderno e de um Estado moderno nem sempre obtêm êxito em suas políticas de desenvolvimento econômico que se mantêm aquém dos investimentos necessários, e a capacidade de apropriação do maior quantidade de excedente econômico não possui uma diretriz de retirá-la das mãos do capital estrangeiro, mas recai na política inflacionária e no aumento de impostos, ou seja, sobre a classe trabalhadora. Na verdade, a marcha progressista destes países possui limite, os interesses da classe dominante que se apropriam da lacuna política deixada pela “saída” da metrópole.

Esta sintética demonstração feita acima da apropriação e do investimento do Estado em relação ao excedente econômico serve para embasar as deficiências em promover o desenvolvimento nos países subdesenvolvidos, seja por motivos de subserviência ao capital estrangeiro, seja por motivos de mau funcionamento da estrutura política ou, seja ainda por insuficiência de recursos para tal processo.

A busca feita pelo autor é de demonstrar que a inserção do capital estrangeiro nos países subdesenvolvidos e a localização desvantajosa que cabe a estes, na divisão internacional do trabalho, contribui para a manutenção de sua condição.

1.3.3 Tentativas de explicar o subdesenvolvimento

Após tal demonstração de impossibilidade de desenvolvimento identificada nos três grupos de países acima, Baran (1986) ainda traz três corolários que acabam por desviar o foco principal tanto do entendimento sobre o subdesenvolvimento quanto da verdadeira luta de emancipação do mundo subdesenvolvido, são eles: a escassez de capital, a falta de características culturais favoráveis ao desenvolvimento (“espírito empreendedor”) e a expansão demográfica como problema para o aumento da renda per capita (neomalthusianismo).

O primeiro corolário se mostra falacioso devido à constatação de que nos países subdesenvolvidos não é a magnitude de excedente que obstrui seu desenvolvimento, mas sim seu modo de utilização, como já foi demonstrado acima; neste primeiro corolário encontra-se uma questão sobre a deterioração dos termos de troca, que para Baran (1986), realmente ocorre e possui grande significância no processo de absorção de excedente econômico, porém, o processo de aumentar os preços relativos aos produtos gerados ou extraídos nos países subdesenvolvidos, não acarretaria grandes possibilidades emancipatórias, pois o reflexo de tal valorização afetaria significativamente apenas a remuneração do capital estrangeiro, que domina tais setores produtivos.

Quanto ao segundo corolário, formulado pelos seguidores dos enfoques sociológicos culturalistas de Weber e Schumpeter, a identificação do atraso com a falta de capacidade empreendedora e espírito de empresa leva a discussão do subdesenvolvimento para um campo racista na visão de Baran, onde as peculiaridades biológicas e psicológicas dos diferentes

povos entram em questão e não a estrutura socioeconômica existente. Em seus argumentos, o que não falta nos países subdesenvolvidos é este tipo de capacidade, onde muitos tentam maximizar seus lucros nas condições possíveis. O problema aqui é o mesmo que em relação ao excedente econômico, não é uma questão de magnitude, existência de recursos ou oferta, mas sim uma questão do uso feito dos mesmos em um dado contexto econômico e social.

E por último, o terceiro corolário, é uma tentativa de explicar o subdesenvolvimento por uma questão de tamanho populacional. O crescimento populacional geraria uma dificuldade de aumento da renda *per capita* e diminuir-se-ia assim a capacidade de promoção de um bem-estar coletivo, o resultado inevitável: pobreza, fome e doenças.

A pedra de toque desta argumentação está em problematizar questões que não se vinculam ao problema direto do sistema capitalista (imperialista) de produção, já que o problema não está na quantidade de indivíduos de uma sociedade, mas na deficiência produtiva e empregativa destes recursos disponíveis para proporcionar qualidade de vida para todos, que como foi demonstrado anteriormente, o sistema capitalista não é capaz de promover.

Portanto, com estas linhas descritas a respeito do que o autor considera ser constituído o subdesenvolvimento e sobre as falhas científicas de interpretação sobre o mesmo, podemos ter uma compreensão melhor de que fatores contribuem de forma objetiva para pensarmos soluções de desenvolvimento. Baran (1986), porém, além de criar um diagnóstico das condições socioeconômicas destes países subdesenvolvidos, descreve também alguns pontos prescritivos para solucioná-las.

1.4 Prescrição aos países subdesenvolvidos

Feita a análise das condições históricas e objetivas que atuam no mundo capitalista, e que regulam as relações entre os países desenvolvidos com os subdesenvolvidos, Baran (1986) conclui que o atraso econômico e social destes últimos não possui qualquer relação direta, nem com a capacidade geradora de excedente econômico destes e, nem com as condições subjetivas de seus povos. Na verdade, o subdesenvolvimento é decorrente de um processo de interação dialética entre as estruturas internas (sócio-política e econômica) destes países e as estruturas externas do capitalismo mundial.

Assim, a inserção dos países subdesenvolvidos nesta relação predatória, promovida pelo mundo capitalista em desenvolvimento, teve conseqüências econômicas, onde suas cadeias produtivas remuneraram o capital estrangeiro, e também conseqüências políticas, onde o modo de utilização do excedente econômico gerado e apropriado pelas classes dominantes nativa é incapaz de promover o desenvolvimento.

Portanto, identificando o problema do subdesenvolvimento como fruto do modo capitalista de produção em escala mundial, a principal prescrição consiste na superação deste sistema socioeconômico, ou seja, na emancipação socialista dos países subdesenvolvidos. Neste, o que estaria em pauta seria a adoção da terceira variação do conceito de excedente econômico: o planejado. Através deste a irracionalidade capitalista seria abandonada por um planejamento econômico mais racional, evitando-se assim o desperdício e o subemprego de trabalhadores, materiais, tecnologias, instalações produtivas e demais ativos.

Tendo em foco o progresso social através do fornecimento de condições materiais básicas e necessárias a todos, o planejamento socialista seria capaz de melhor investir o excedente econômico gerado na promoção de desenvolvimento e bem-estar coletivo, pelo simples fato de que tal desenvolvimento não objetivaria lucros.

Nesta transição, o que estaria em foco seria o investimento de excedentes econômicos de forma sincrônica na produção agrícola e nos esforços de industrialização, sendo este tanto para os bens de consumo como para os bens de produção.

Porém, o êxito desta transformação social necessita não apenas a libertação nacional, mas a internacional também. E a cooperação entre os países socialistas se torna um fator vital para a manutenção do modo-de-produção socialista, em um mundo predominantemente capitalista (e por isso agressivo), e para a busca da emancipação humana, tendo em vista a entrada desta no “reino da liberdade”.

2 ANDRÉ GUNDER FRANK

Autor contemporâneo de grande versatilidade científica, pesquisador nas áreas de Economia, Sociologia, Antropologia e História, André G. Frank (1971; 1973; 1978; 1980) contribuiu com vasta produção teórica sobre o tema do subdesenvolvimento capitalista. Nome de referência na concretização da Teoria da Dependência, em sua vertente marxista, e precursor da Teoria do Sistema-Mundo, Frank é o segundo autor escolhido para os nossos estudos sobre os enfoques marxistas do subdesenvolvimento.

O objetivo deste capítulo é o de demonstrar as contribuições gerais deste pensador sobre o fenômeno a que nos propomos investigar. Assim sendo, estudamos a postura de Frank sobre a origem do subdesenvolvimento, o seu processo de amadurecimento, os equívocos teóricos cometidos em algumas análises sobre o fenômeno e criticados por ele, e os caminhos proposto por este autor para a superação da condição de subdesenvolvimento sofrida por inúmeros países.

Com uma vasta publicação acerca deste assunto, não objetivamos aqui esgotar suas obras e todas suas contribuições, mas delinear alguns fatos que se fizeram importantes para a compreensão do subdesenvolvimento e de suas causas. Apesar de ser mais focado em analisar esta questão na América Latina, o autor também faz uma análise geral do fenômeno em escala mundial, e procuramos abordar ambos aqui.

2.1 O processo histórico do subdesenvolvimento

Para uma melhor síntese do pensamento de Frank sobre a história do subdesenvolvimento e sobre os processos pelos quais este passa ao longo do tempo, é recomendável a leitura do livro *Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência* (FRANK, 1980). Tentamos fazer uma breve elucidação sobre suas idéias utilizando este livro como diretriz básica.

Dentro de uma perspectiva materialista histórica dialética, as partes nunca estão separadas do todo e suas leis gerais de movimento são as mesmas que regem este todo, por isso, a concepção de André G. Frank sobre o processo histórico do subdesenvolvimento não pode nunca ser explicada pelas condições dos países subdesenvolvidos, de forma isolada, mas

em íntima relação com o processo de desenvolvimento dos países desenvolvidos, pois no geral, o desenvolvimento-subdesenvolvimento das nações mundiais são conseqüências inevitáveis do próprio processo de desenvolvimento capitalista mundial.

Há uma diferença qualitativa entre o não-desenvolvimento e o subdesenvolvimento, e para explicá-la, basta diferenciarmos as regiões mundiais de acordo com suas colaborações para o desenvolvimento do sistema capitalista mundial.

Para Frank (1980), os séculos XVI e XVII foram caracterizados pela expansão mundial do mercantilismo, uma etapa inicial do capitalismo em consolidação na Europa Ocidental. Tal expansão proporcionou aos países pioneiros (Espanha e Portugal) e aos países que participaram posteriormente desta (Inglaterra, França e Holanda), uma capacidade de grande acumulação inicial de capital, fundamental para o desenvolvimento destas nações tempos mais tarde.

Cabe aqui dizer que estes países, emergentes de uma formação socioeconômica feudal, poderiam ser considerados não-desenvolvidos, por carecerem ainda de melhores condições materiais de existência, porém apenas os territórios e povos que foram incorporados ao sistema mercantil mundial podem ser considerados subdesenvolvidos, não apenas porque sofreram uma enorme perda de riquezas (e sua própria fonte de acumulação de capital) para aqueles, mas também por terem recebido em conseqüência desta política predatória uma estrutura econômica, política, social e cultural que não apenas gerou seu subdesenvolvimento, mas também possibilitou sua contínua reprodução ao longo dos anos.

Para demonstrar este fato histórico, Frank (1980) utiliza os exemplos dos Estados Unidos, Austrália e Japão, países que foram incorporados de forma diferente ao sistema mercantilista, e que por isso não herdaram tal estrutura; a característica básica destes países era a sua pobreza econômica na etapa pré-capitalista.

Estes países confirmariam assim, uma possível lei do desenvolvimento capitalista mundial: os países que apresentam enormes riquezas na etapa pré-capitalista atraem um processo exploratório que culmina na criação das condições geradoras do subdesenvolvimento; já os países que apresentam um cenário de pobreza, nesta mesma etapa pré-capitalista, atraem um posterior desenvolvimento econômico, simplesmente por tornar a exploração colonialista, registrada nos países anteriores, impossível e também pela necessidade de buscar recursos em outros lugares, motivo básico da expansão colonialista.

No livro citado acima, Frank (1980) procura através do processo de acumulação mundial de capital dar uma explicação do subdesenvolvimento, levando em consideração as questões interna e externas que contribuem para consolidar esta condição. Coloca como ponto fundamental os períodos pelo qual passa o desenvolvimento do capitalismo metropolitano e as conseqüências deste nas transformações dos modos de produção das colônias, situadas tanto na Ásia quanto na África e na América Latina.

A tese central do livro é a de que: no primeiro estágio (mercantilista), as colônias foram severamente descapitalizadas e sua capacidade estrutural para o desenvolvimento foi severamente enfraquecida, embora não eliminada.

No segundo estágio (industrial), que não foi exatamente contemporâneo a todas as colônias do mundo, as fracas forças sociais de desenvolvimento capitalista existentes em algumas colônias lutaram sem êxito pela sobrevivência (exceto nas novas colônias de povoamento transplantadas, descritas acima) contra a burguesia industrial metropolitana e seus aliados nas próprias colônias.

E durante o terceiro estágio (monopolista ou imperialista), a base econômica de uma classe burguesa nacional desenvolvimentista foi totalmente eliminada ou impedida de se formar nessas colônias, impossibilitando assim um desenvolvimento maior ou futuro sob o capitalismo e, consolidando um processo de “desenvolvimento do subdesenvolvimento” nas colônias na ausência de uma revolução socialista. Iniciaremos então uma breve descrição destes três estágios.

O desenvolvimento capitalista e seu conseqüente movimento de transformação dos mecanismos de acumulação de capital estão divididos em três estágios: o primeiro, que tratamos logo no começo é o mercantilista, que vai de 1500 a 1770 e está basicamente organizado através do comércio entre a metrópole, representada pela Inglaterra e suas colônias ultramarinas.

Para Frank (1980), o subdesenvolvimento tem estreita conexão com o processo de colonialização efetuado neste período, na verdade aquele é conseqüência inevitável deste, portanto, esta primeira etapa está baseada na apropriação pelos países metropolitanos dos recursos materiais, mercantis (América Latina e Ásia) e também humanos (África); o acontecimento mais notável deste processo está no chamado comércio triangular, onde a Inglaterra passa a consolidar um processo mercantil que descapitaliza os países colonializados

e enfraquece sua capacidade estrutural para o desenvolvimento ao extrair suas riquezas, e favorece sua acumulação capitalista metropolitana, fato este que mais tarde promoverá de forma intensa o desenvolvimento deste país e o subdesenvolvimento daqueles.

O segundo estágio que chamaremos de industrial, vai de 1770 a 1870 e tem como epicentro a Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra. Tal transformação das forças produtivas metropolitanas acarretará uma mudança da política exterior desta para com suas colônias. Antes interessadas na absorção das riquezas naturais destas, o foco da nova política passa a ser o de ampliar os mercados consumidores para os produtos industrializados ingleses.

É necessário deixar claro que para Frank (1980), a Revolução Industrial inglesa só é possível devido à grande acumulação de riquezas feita na etapa mercantilista anterior, que pôde assim financiar as pesquisas e tentativas de criação de inovações tecnológicas. Agora, além de fornecer as matérias primas, as colônias são também consumidoras dos artigos industrializados.

A estrutura do subdesenvolvimento começa a ganhar maior corpo nesta etapa, pois as colônias já haviam passado por um intenso processo de descapitalização e agora, se encontram impossibilitadas de alcançar um desenvolvimento autônomo, já que suas economias continuam voltadas para o exterior e seus esforços de industrialização se tornam inúteis quando não impossíveis, já que seus mercados internos são abastecidos pela indústria inglesa.

E o terceiro e último estágio, o monopolista ou imperialista, que vai de 1870 a 1930. Neste, a expansão imperialista da metrópole sobre seus domínios coloniais se faz de forma mais complexa e avassaladora, pois o capital estrangeiro encontra aliados nas burguesias locais que possuem o interesse em manter-se no poder político e econômico. Desta forma, o liberalismo econômico propagado pela metrópole encontra substrato político nas colônias (que ganharam status de independentes) através do domínio do Estado pela classe dominante local, e se estabelece um relacionamento comercial internacional baseado na especialização produtiva dos países dependentes em produtos primários, como o monocultivo agrícola e a extração mineira.

É neste estágio que o capital estrangeiro irá se apoderar das indústrias, da agricultura e dos serviços de comércio. A dependência dos países coloniais (satélites) passa a ser também financeira, os investimentos privados e públicos oriundos da metrópole e aplicados nos países

satélites contribuem com a expansão dos monopólios estrangeiros e com o sufocamento de qualquer iniciativa de desenvolvimento capitalista auto-sustentado por parte das classes sociais locais, ou seja, fortalecendo cada vez mais as estruturas do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”.

Após traçarmos de forma breve as linhas básicas destes três estágios históricos do processo de subdesenvolvimento podemos definir um conjunto de características fundamentais para compreender o significado de ser subdesenvolvido.

Utilizando a Índia como um exemplo clássico de desenvolvimento capitalista de subdesenvolvimento, por possuir todos os seus principais fatores estruturais, e que também são encontrados na América Latina e em outras partes, Frank (1980), após efetuar todo este resgate histórico dos períodos explicitados acima, faz uma redução teórica sobre as principais características do subdesenvolvimento e seus fatores, transcrita aqui para um maior esclarecimento do fenômeno aos leitores. O subdesenvolvimento apresenta:

[...] o desenvolvimento de uma economia de exportação com uma distribuição de renda excessivamente desigual, a drenagem do excedente econômico para a metrópole, a transformação da estrutura econômica e de classe, local e nacional enquanto função do desenvolvimento capitalista mundial e das necessidades do desenvolvimento metropolitano, a aliança natural entre o poder colonial metropolitano e os interesses reacionários locais e suas políticas de subdesenvolvimento, a estreita conexão entre a amplitude e a intensidade da colonialização capitalista e o ultra-subdesenvolvimento, que observamos regionalmente no Novo Mundo e domesticamente na Índia, e que um exame adicional da Ásia demonstrará também internacionalmente. (FRANK, 1980, p.183).

2.2 Um novo olhar sobre o subdesenvolvimento

Em seu livro *Capitalismo e Subdesenvolvimento na América Latina*, Frank (1978), expõe sua tese sobre o processo de subdesenvolvimento capitalista da América Latina. Utilizando o Chile como estudo de caso, o autor sustenta que:

[...] o subdesenvolvimento do Chile é o produto necessário de quatro séculos de desenvolvimento capitalista e das contradições internas do próprio capitalismo. Estas contradições são: a expropriação do excedente econômico da maioria e sua apropriação pela minoria; a polarização do sistema capitalista em um centro metropolitano e em satélites periféricos; e a continuidade da estrutura fundamental do sistema capitalista ao longo da história de sua expansão e transformação, a causa da persistência ou reprodução destas contradições em todas as partes e em todo o tempo. É minha tese que estas contradições capitalistas e o desenvolvimento histórico

do sistema capitalista tenha gerado subdesenvolvimento nos satélites periféricos expropriados, ao mesmo tempo em que gerava desenvolvimento nos centro metropolitanos que se apropriaram do excedente econômico daqueles; e mais, que este processo continua. (FRANK, 1978, p. 15).

Passemos para a descrição das contradições citadas acima com o objetivo de compreender o que elas implicam no estudo do subdesenvolvimento:

- **A contradição da apropriação/expropriação do excedente econômico.** Esta contradição está presente: 1) nas análises de Marx (1968) sobre o processo de produção capitalista, onde uma classe (a capitalista) se apropria da mais-valia, que é expropriada de outra classe (a trabalhadora) e também 2) nas contribuições, cem anos mais tarde, de Paul Baran (1986) sobre a expropriação do excedente econômico efetivo de uma sociedade por outra, no caso, o capitalismo monopolista metropolitano que investe seu excedente e cria mecanismos de drenagem de capital de seus satélites, e estes, sem o controle sobre seu excedente não o utilizam para fomentar o desenvolvimento produtivo e nem o econômico e social.
- **A contradição da polarização metrópole/satélite.** A metrópole expropria o excedente econômico de seus satélites e o apropria para seu próprio desenvolvimento. Os satélites se mantêm subdesenvolvidos, tanto por falta de acesso ao seu próprio excedente, quanto como uma consequência da polarização e das contradições exploratórias que a metrópole introduz e mantém na estrutura econômica interior do satélite. No caso, a contradição existente entre metrópole/satélite está presente tanto em escala mundial quanto em escala local, nacional.

Esta contradição penetra ainda mais até caracterizar todos os níveis e partes do sistema capitalista. Por exemplo, São Paulo é um dos satélites de Nova Iorque e ao mesmo tempo uma das metrópoles de Salvador, Campinas, Araraquara e etc. A consequência desta contradição é a de gerar desenvolvimento na primeira parte e subdesenvolvimento na segunda, objetivamente comprovado ao se acompanhar a intensidade do fluxo de excedente econômico que vai dos últimos aos primeiros. Para a obtenção de maiores detalhes sobre a intensidade destes fluxos, ver o capítulo “Ayuda o Explotación” presente no livro *América Latina: subdesarrollo o revolución* (FRANK, 1973).

- **A contradição da continuidade na mudança.** Esta contradição, originada pelas duas anteriores, expressa a continuação dos elementos estruturais do desenvolvimento/subdesenvolvimento capitalista ao longo de seu processo histórico de expansão. Portanto, considera-se que apesar de mudanças importantes ocorridas nos países subdesenvolvidos, em suas economias, políticas e sociedades, houve a manutenção dos traços característicos e de toda a estrutura do subdesenvolvimento introduzidos em tempos anteriores, com a expansão do capitalismo mercantil europeu do século XVI, que anexou territórios inteiros à lógica do capitalismo mundial nascente sob sua égide.

A exposição feita acima, da tese de Frank (1978) sobre o subdesenvolvimento e das contradições capitalistas que garantem o movimento deste processo, possui a capacidade de situar os estudiosos deste fenômeno, em um patamar histórico e estrutural do capitalismo, olhando o desenvolvimento deste modo-de-produção através de uma perspectiva de totalidade, que como vemos, é fundamental nas análises de Frank para realizar uma observação sóbria sobre a natureza, as causas e conseqüências do subdesenvolvimento.

2.3 Debates sobre os equívocos teóricos acerca do subdesenvolvimento

Nos estudos de Frank sobre o fenômeno do subdesenvolvimento capitalista como um todo, o mesmo nunca esteve dissociado de um debate rico acerca das teorias que procuravam dar conta de explicar e solucionar tal fenômeno. De grande importância para a atualização teórica e prática da emancipação dos países subdesenvolvidos e para as ciências sociais em geral, objetivamos aqui demonstrar dois debates importantes que contribuiriam diretamente para uma nova perspectiva analítica sobre o estudo do subdesenvolvimento e as formas possíveis de superá-lo.

Para isso, utilizamos o capítulo: “Sociología del desarrollo y subdesarrollo de la sociología: un examen del traje del emperador” (**Debate I**), presente no livro *América Latina: subdesarrollo o revolución* (FRANK, 1973), e o capítulo “El capitalismo y el mito del feudalismo en la agricultura brasileña” (**Debate II**), do livro *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina* (FRANK, 1978).

Debate I

Neste ensaio, Frank (1973) procura analisar as perspectivas apontadas pela sociologia do desenvolvimento produzida nos Estados Unidos, país metropolitano, sobre o que caracteriza o subdesenvolvimento e os caminhos necessários para superá-lo. No decorrer do texto, que tem como objetivo demonstrar a adequação teórica, a eficácia política e a validade empírica contida nos três enfoques analisados, que são eles: o “típico-ideal”, o “difusionista” e o “psicológico”, Frank (1973) termina por constatar que tantos os enfoques quanto os direcionamentos desta sociologia estão distantes de contribuir com a emancipação dos indivíduos que vivem nos países subdesenvolvidos, sujeitos à miséria e à exploração, próprias do subdesenvolvimento.

Na verdade esta sociologia apenas serve, na visão do autor, para desviar o verdadeiro foco de combate contra tal condição, seja no campo econômico, político, social e cultural. Portanto, o autor consagra o *status* de ideologia (no sentido marxista) a estas teorias, por obscurecerem ao invés de esclarecerem, os problemas e suas resoluções; considera-as ainda como um movimento de subdesenvolvimento da ciência social e da sociologia, nas quais o objetivo básico e último deveria ser a busca da emancipação dos homens e das sociedades que vivem no reino da necessidade.

Feita esta introdução à temática e sem querer esgotar a riqueza das considerações feitas pelo autor, expomos sinteticamente estes três enfoques com o objetivo de ampliar o estudo sobre as verdadeiras características do subdesenvolvimento. É necessário deixar claro que, para um melhor entendimento dos argumentos críticos de Frank (1973) sobre estes enfoques, recomenda-se a leitura integral deste ensaio aqui estudado.

O primeiro enfoque a ser analisado por Frank (1973) é o “típico-ideal”. Construído pelas idéias de Hoselitz, Rostow e Parsons (em diferentes vertentes) este enfoque tem como premissa o estabelecimento analítico weberiano através das chamadas “variáveis-padrões”, variáveis estas que estão presentes e que caracterizam tanto uma economia desenvolvida como uma economia subdesenvolvida. Portanto, este enfoque tem como método criar um modelo ideal destas duas formas de sociedade baseando-se em suas características principais. Assim, colocados como tipos-ideais polares, a transformação de uma sociedade subdesenvolvida em uma sociedade desenvolvida é uma simples questão de mudança e aplicação de variáveis-padrões de uma sociedade por outra.

Sendo assim, Hoselitz caracteriza as sociedades desenvolvidas como: universalistas, com orientação para o resultado (eficientes) e altas especificidades nas funções sociais; as subdesenvolvidas são caracterizadas como: particularistas, adscritivas (pois se pautam pelas aparências dos indivíduos) e funcionalmente dispersas. Na análise deste quadro teórico, Frank (1973) demonstra que tanto as sociedades desenvolvidas quanto as subdesenvolvidas não se encaixam nestas variáveis eleitas por Hoselitz.

Para efeito explicativo, o autor demonstra as inadequações das variáveis com a realidade das sociedades desenvolvidas. O universalismo é apenas normativo, a eficiência é relativa na escolha por indivíduos para a ocupação de certas funções sociais, como por exemplo, a exclusão do negro nos EUA, e a especificidade de funções também é um fato falso, já que se encontram indivíduos que transitam simultaneamente entre funções particulares e públicas, como exemplo, o secretário de defesa dos EUA e presidente da Ford Motors, Robert Mcnamara. Assim sendo, a validade empírica já está comprometida.

Na questão da adequação teórica, que Frank (1973) considera inadequada, Hoselitz não diferencia os cargos e funções sociais que tem maior peso sobre as medidas a serem tomadas a respeito do desenvolvimento/subdesenvolvimento, das funções e cargos que tem menor peso sobre tais decisões.

Ao executar tal diferenciação, ele se incapacitaria para definir como universalista, orientados para o resultado e baseada em funcionalidades específicas, uma sociedade na qual a elite detentora do poder do complexo industrial-governamental-militar persegue propósitos particulares, ou ainda para caracterizar como particularistas, adscritivos e funcionalmente dispersos os países governados por oligarquias cujo poder político, econômico e militar se deriva de privilégios comerciais do monopólio e do sistemático recurso da força das armas para protegê-lo e ampliá-lo.

Por fim, ainda carece de suficiência teórica por nunca levar em consideração a estrutura do subdesenvolvimento sempre articulada com o sistema internacional, mantendo sempre a análise do problema apenas em âmbito nacional.

Desta invalidez empírica e desta inadequação e insuficiência teórica o resultado final é uma ineficácia política. O esquecimento tanto por Hoselitz quanto por Rostow do processo histórico de vinculação entre o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido desde a expansão econômica e política da Europa no século XV, não permite uma visualização histórica total

para estes autores entenderem o verdadeiro porque da divisão do mundo em alguns países desenvolvidos e outros tantos subdesenvolvidos.

Tanto o processo de mudança das variáveis-padrões eleitas por Hoselitz, quanto a execução das famosas etapas do crescimento econômico, sugeridas por Rostow, resultam em uma inútil política desenvolvimentistas nos países subdesenvolvidos.

O segundo enfoque, o “difusionista”, não parte de uma sugestão aos povos dos países subdesenvolvidos para estes que investiguem a natureza e causa do subdesenvolvimento e as superem, apenas aconselha a estes que esperem e agradeçam a difusão da ajuda proveniente do exterior evoluído.

Este enfoque caracteriza o subdesenvolvimento como primitivo, tradicional e subsistente devido a obstáculos existentes em relação à penetração de elementos culturais dos países desenvolvidos. Estes por sua vez são considerados aqueles que, por meio da difusão de seus elementos culturais, irão auxiliar o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Esta difusão de elementos culturais consiste em: conhecimento, perícia, tecnologia, organização, valores e capital.

A análise da invalidez empírica deste enfoque começa pela avaliação sobre a difusão de capital dos desenvolvidos aos subdesenvolvidos, algo que os adeptos deste enfoque acreditam. Olhando as estatísticas utilizadas por Frank (1973), do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, vê-se que o fluxo de capital é bem o contrário. Entre 1950-1965, por exemplo, saíram dos EUA para os países subdesenvolvidos nove bilhões de dólares enquanto entraram nos EUA vindo dos países subdesenvolvidos, vinte e cinco bilhões.

De acordo ainda com o mesmo departamento, em 1957, o total de capital obtido e aplicado pelos EUA no Brasil, 26% saíram do EUA e 36% de fontes brasileiras fora das firmas estadunidenses localizadas em território brasileiro. Há ainda outras duas modalidades de difusão que permite a avaliação da invalidez empírica de tal enfoque: a difusão tecnológica e a institucional.

A primeira, a insuficiência tecnológica ou a resistência cultural à aceitação das tecnologias difundidas da metrópole, que os difusionistas argumentam como um dos problemas do subdesenvolvimento é falaciosa, visto que a difusão tecnológica só acontece quando a metrópole já assegurou o monopólio sobre uma tecnologia superior (difusão de

tecnologias obsoletas) e quando a difusão começa a permitir um uso maior da capacidade e do capital produtivo nas colônias, tal difusão é interrompida.

Já a segunda, que consiste na difusão de valores como o liberalismo econômico, social, político e cultural e difusão das agências internacionais, como o FMI, a OMC e o BM, demonstram suas ineficiências em termos de auxílio ao desenvolvimento, pois tais medidas quando adotadas pelos países subdesenvolvidos apenas permitem a reprodução da estrutura do desenvolvimento capitalista do subdesenvolvimento, já que o livre-comércio favorece as economias industrializadas e prejudica qualquer iniciativa de industrialização dos países exportadores e subdesenvolvidos.

A inadequação teórica deste enfoque, como o do anterior, é devido a um problema metodológico, a concepção dual da sociedade. Este enfoque não parte de uma concepção teórica e metodológica da totalidade e da noção de estrutura do sistema capitalista mundial e seus desdobramentos como um todo.

De acordo com esta concepção dualista, os subdesenvolvidos estão isolados, sem história e apresentam uma dinâmica própria de movimento, cabendo assim aos desenvolvidos difundir técnicas, capital, valores e instituições ou ajudar em uma mudança das variáveis-padrões que caracterizam o subdesenvolvimento para as variáveis-padrões que caracterizam o desenvolvimento, e eis que surge desenvolvimento econômico.

A conseqüente ineficácia política resulta da interpretação por parte dos difusionistas que as diferenças existentes entre as sociedades não fazem parte de um mesmo processo, o desenvolvimento do capitalismo mundial. Assim, a prática da difusão não resolve a polaridade existente intrinsecamente na estrutura capitalista de sociedade, e a difusão que já ocorre apenas tem mantido o subdesenvolvimento.

E por último, o enfoque “psicológico”, trata a questão do desenvolvimento econômico como um problema de orientação psicológica e motivacional para o empenho na busca do crescimento econômico e nas mudanças culturais e sociais. Este enfoque provoca um desvio enorme das questões realmente relevantes para os estudantes dos países subdesenvolvidos em relação à necessidade de superar o subdesenvolvimento, simplesmente por tratar este como uma questão dos indivíduos e não como um problema das estruturas sociais e do *status quo* do capitalismo em si.

O enfoque psicológico rompe com qualquer concepção de estrutura social e de holismo evolucionista e histórico do capitalismo, impossibilitando uma análise adequada do processo de surgimento do desenvolvimento/subdesenvolvimento e de sua solução, pois consideram apenas necessidades de mudanças parciais e não estruturais.

A apresentação básica destes três enfoques, analisados e criticado por Frank (1973), possui o objetivo de formar, de acordo com ele, uma teoria alternativa de desenvolvimento mais adequada aos países subdesenvolvidos, sugerida exatamente pelas deficiências comuns destes enfoques teóricos. Portanto, onde se encontra um erro empírico, sobre a realidade passada e presente do mundo subdesenvolvido e do mundo em seu conjunto, uma teoria alternativa adequada terá de se apegar e refletir sobre a história e a realidade contemporânea do desenvolvimento e do subdesenvolvimento.

Onde se encontra uma inadequação teórica, ou porque o enfoque não identifica o todo social determinante, ou porque não leva em conta nem a história da parte subdesenvolvida e nem suas relações com a parte desenvolvida, e menos ainda com o mundo em sua totalidade, ou por não conceber a estrutura do sistema capitalista como mundial, a teoria alternativa deverá refletir sobre a estrutura e o desenvolvimento do sistema que deu origem, que mantém e aumenta o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, sendo ambas as manifestações simultâneas e mutuamente produzidas no mesmo processo histórico.

E por fim, onde se encontra uma ineficácia política, conservadora do *status quo*, que aconselha a aceitá-lo e esperar a salvação vinda do exterior, a política alternativa terá que ser politicamente revolucionária e ajudar os povos dos países subdesenvolvidos a tomarem em suas próprias mãos a destruição desta estrutura e o desenvolvimento de outro sistema mais adequado às suas realidades.

Debate II

Neste capítulo, componente de um importante livro dedicado à análise do subdesenvolvimento na América Latina como inerente e correlato ao desenvolvimento metropolitano dentro da estrutura capitalista mundial, a discussão teórica proposta por Frank (1978) é em primeira instância avaliar a compatibilidade empírica dos diagnósticos efetivados sobre a realidade e a eficácia científica e prática das prescrições apresentada pelas teses

burguesas e marxistas tradicionais sobre a crise na agricultura (no caso, a brasileira), e quais são as conseqüências desta crise e da solução apresentada para o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos; e em segunda instância, demonstrar os equívocos da teoria dualista da sociedade.

Portanto, a discussão colocada em pauta por diversos cientistas sociais brasileiros a respeito do subdesenvolvimento do país foi localizada na crise da agricultura, e o principal motivo desta foi amplamente relacionado por estes autores com os traços do feudalismo ainda presente em algumas regiões agrícolas do país, tanto nas questões das forças produtivas envolvidas neste setor da economia quanto nos traços apresentados no âmbito das relações de produção deste mesmo setor.

A tese burguesa sustenta que a nossa colonização foi levada a cabo por países europeus ainda organizados por uma formação socioeconômica feudal e, portanto, por instituições feudais que foram aqui implantadas; sem um questionamento maior sobre os porquês de uma sociedade baseada em uma formação socioeconômica feudal, se lançaria em busca de descobertas mundiais por terras e riquezas, esta tese chega à conclusão de que no Brasil atual há duas formações socioeconômicas, a feudal, herdada, de um lado e a capitalista, do outro, e que a primeira é o motivo de estagnação da segunda.

Localizando a presença do feudalismo em algumas regiões do país, como o Nordeste, a tese burguesa deduz que o mal do subdesenvolvimento por excelência é a existência do feudalismo, e que para uma boa saúde do corpo econômico, é necessário abolir-lo, e implantar em seu lugar, o capitalismo.

O que Frank (1978) percebe, é que esta tese não é levada adiante apenas pelos teóricos burgueses, mas também por autores que se dizem marxistas, já que estes partilham da mesma idéia central presente na tese exposta acima, que é a existência de dois Brasis distintos: um feudal, arcaico, pouco produtivo, onde reina as relações de trabalho consideradas como de servidão, e o outro capitalista, dinâmico, eficiente com relações trabalhistas assalariadas.

Os marxistas tradicionais (sendo estes, na perspectiva do autor: Nelson Werneck Sodré, Paul Singer, Rodolfo Stavenhagen e Otavio Ianni), possuem perspectivas diferentes quanto a situação de inter-relação das duas formações socioeconômicas, sendo elas: I) o feudalismo antecede o capitalismo; II) o feudalismo coexiste com o capitalismo; III) o feudalismo é penetrado pelo capitalismo.

Não entramos detalhadamente nestes enfoques, mas cabe ressaltar o papel desta subdivisão teórica feita por Frank (1978) e que coincide com o objeto de nossa exposição, que é o de demonstrar que todos eles enxergam o processo de desenvolvimento como um conflito de sistemas econômicos inter-relacionados, portanto concebem, assim como os teóricos burgueses, que o subdesenvolvimento é uma luta contra o feudalismo.

Após levantar os argumentos destes autores sobre os traços feudais e os traços capitalistas encontrados na agricultura brasileira, Frank (1978) demonstra que a agricultura praticada nos Estados mais “capitalistas” do Brasil, como São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, possuem característica semelhantes à praticada nos Estados mais “feudais” do país, como Maranhão, Piauí e Mato Grosso, por exemplo.

As semelhanças estão presentes tanto na tecnologia, como o uso das queimadas, quanto na forma de pagamento de trabalhadores, como o pagamento em alimentos. Ou seja, a definição entre o que é agricultura feudalista e o que é agricultura capitalista não é tão evidente assim. É claro que a argumentação utilizada pelo autor para demonstrar a inexistência destas duas formas de produção agrícola é muito mais ampla e embasada estatisticamente do que é possível realizar aqui, por isso recomenda-se a leitura do capítulo aqui apresentado para a obtenção de uma maior compreensão sobre a importância do assunto e para entrar em contato com importantes informações e dados presentes na exposição de Frank (1978).

O grande objetivo da análise feita por Frank (1978) sobre estes argumentos é demonstrar um erro comum quando se interpreta o subdesenvolvimento sem levar em consideração o processo global de desenvolvimento do capitalismo, algo que a concepção dualista da sociedade, pilar central nas teses dos teóricos burgueses e marxistas tradicionais, carrega em sua essência e gera assim, conseqüências teóricas e práticas equivocadas.

Frank (1978) procura demonstrar que, por mais distintas que pareçam ser as regiões do país em suas práticas econômicas, elas são formas capitalistas, e se existe uma enorme disparidade de índices sociais e produtivos entre uma região e outra, não é porque o feudalismo ainda existe em certas regiões, mas é devido ao próprio processo de desenvolvimento capitalista da sociedade, que possui como lei geral a produção do desenvolvimento e do subdesenvolvimento ao mesmo tempo.

Portanto, a teoria dualista da sociedade (que para o autor é sustentada por Celso Furtado e Jaques Lambert) é falha para interpretar os desdobramentos do capitalismo tanto em âmbito local, regional e nacional quanto em âmbito mundial. O que se cria a partir deste diagnóstico errado, proposto tanto pelos teóricos burgueses quanto pelos marxistas tradicionais, é uma prescrição equivocada, colocando como solução para a crise agrícola, e conseqüentemente para o subdesenvolvimento, a erradicação do feudalismo. Mas não há como erradicar o feudalismo onde não há o feudalismo.

Outro equívoco apontado por Frank (1978), cometido desta vez pelos teóricos marxistas tradicionais brasileiros, é a crença destes de que o subdesenvolvimento, a crise agrária e por fim, a construção do socialismo, necessita do apoio incondicional da classe trabalhadora à burguesia, para que esta faça sua revolução e consolide primeiramente o capitalismo em todo o território nacional, para posteriormente ser possível a revolução socialista.

2.4 Caminhos para o desenvolvimento

Presente indiretamente em diversos capítulos e obras, o debate acerca da superação do subdesenvolvimento está mais consolidado no capítulo “Latinoamérica: subdesarrollo capitalista o revolución socialista” ensaio contido dentro do livro *América Latina: subdesarrollo o revolución?* (FRANK, 1973), que utilizamos aqui para efetuar uma explicação geral dada pelo autor sobre esta questão.

Frank (1973) estabelece neste ensaio, que possui um foco mais centrado nas questões latino americanas, mas que também serve como orientação prática para os países da África e Ásia, uma tese de cunho emancipatório, sustentada em quatro pontos:

- 1) o inimigo imediato da libertação nacional na América Latina, Ásia e África, são taticamente as próprias burguesias locais, ainda que estrategicamente, o inimigo principal é o imperialismo; 2) a estrutura de classes latino-americanas foi formada e transformada pelo desenvolvimento da estrutura colonial do capitalismo mundial, desde o mercantilismo até o imperialismo. Através desta estrutura colonial, sucessivas metrópoles (Ibérica, Britânica e Estadunidense) têm submetido a América Latina a uma exploração econômica e a uma dominação política que determinaram sua atual estrutura classista e sociocultural. A mesma estrutura colonial se estende dentro da América Latina, onde as metrópoles nacionais submetem seus centros

provinciais e estes aos locais, em semelhante colonialismo interno. Posto que as estruturas se interpenetram totalmente, a determinação da estrutura de classe latino-americana pela estrutura colonial não afastam o fato de que as contradições fundamentais na América Latina sejam “internas”, e o mesmo vale para a Ásia e África (FRANK, 1973, p.327-328).

Após determinar as características sociais, econômicas e políticas que dão forma à relação entre os países dependentes e a “metrópole”, e que perpetuam o estado de subdesenvolvimento, o foco da luta passa a ser mais definido:

3) hoje, a luta antiimperialista na América Latina tem que ser feita através da luta de classes. A mobilização popular contra o inimigo imediato de classe aos níveis local e nacional gera uma confrontação com o inimigo principal imperialista, mais forte que uma mobilização antiimperialista direta (e uma mobilização nacionalista por meio de alianças políticas das mais amplas forças antiimperialistas não desafia adequadamente o inimigo imediato classista); 4) a coincidência estratégica da luta de classes e da luta antiimperialista, e a prioridade tática dada a primeira vale evidentemente para a luta guerrilheira, que deve começar seus esforços contra a burguesia de seu próprio país, e vale também para a luta política e ideológica que tem que ser dirigida, não somente contra o inimigo colonialista e imperialista, mas também contra o inimigo de classe, a burguesia. (FRANK, 1973, p.327-328).

Após a formulação e sustentação de seus pontos de referência histórica sobre a formação da sociedade latino-americana subdesenvolvida, e como a mesma está organizada para manter de maneira reprodutiva o seu estado de exploração, tanto em suas relações internas (a dos setores dominantes do capitalismo nacional sobre o povo) quanto em suas relações externas (aquela efetuada pelo capital monopolista e seus agentes internacionais), o autor coloca no “front” da luta de classes, a necessidade da classe trabalhadora combater a burguesia local, o sócio menor do capital estrangeiro, e toda sua estrutura ideológica e sua prática política. Com o objetivo de superação do capitalismo, pois é a única forma de desintegrar a lógica do subdesenvolvimento.

A transformação da estrutura social do subdesenvolvimento, para o autor, se dá através da revolução socialista encabeçada pelos povos explorados, que são formados pela classe trabalhadora urbana e também por indígenas e camponeses. Enfatiza-se também a necessidade de desmascarar a ciência burguesa, que em sua lógica máxima procura desviar o foco da

verdadeira luta social e dos verdadeiros pontos a serem subvertidos; Frank (1973) coloca o estruturalismo e suas “degenerações” teóricas (o “institucionalismo”, o “behaviorismo” e o “culturalismo”) como os principais apoios “científicos” importados pelas burguesias locais do mundo subdesenvolvido, dos grandes centros de estudos e pesquisas de ciências sociais da metrópole. Assim como aconteceu anteriormente com o liberalismo, o positivismo e o “pragmatismo tecnológico” em épocas anteriores.

A superação do subdesenvolvimento consiste antes de tudo na superação do modo de produção capitalista como um todo, já que a existência simultânea tanto do desenvolvimento quanto do subdesenvolvimento é algo estrutural da própria dinâmica de funcionamento deste sistema de relações sociais.

No entanto, a superação desta condição, que possui raízes históricas profundas, começa taticamente com a luta em âmbito nacional, onde as velhas estruturas econômicas, políticas e socioculturais coloniais moldaram uma estrutura de classe opressora e exploradora.

Portanto, o inimigo imediato do subdesenvolvimento é a classe dominante local, aliada ao capital monopolista estrangeiro, e este último, é seu inimigo principal. De forma simplificada, o subdesenvolvimento só pode ser superado através da retirada do país do sistema capitalista internacional; já dentro dos marcos do capitalismo, talvez apenas através de práticas políticas de exploração dos outros povos, algo ainda a ser estudado mais profundamente.

3 RUY MAURO MARINI

Vinculado estreitamente com a formulação da Teoria Marxista da Dependência, Ruy M. Marini (1977; 1985; 2000) trabalhou sobre as questões do desenvolvimento/subdesenvolvimento capitalista brasileiro e também latino-americano com um rigor científico de profunda importância para as ciências sociais.

As suas formulações, sobre as leis específicas do desenvolvimento capitalista dependente contribuíram tanto para a realização de uma análise sóbria da realidade subdesenvolvida da América Latina, quanto para o aprimoramento teórico e prático do próprio marxismo, procurando resgatar toda a objetividade científica que possui este sistema teórico-conceitual para estudar a realidade subdesenvolvida.

Neste capítulo abordamos com maior ênfase sua primeira contribuição mencionada acima. Procuramos, de acordo com a proposta e os limites deste trabalho, traçar um quadro do subdesenvolvimento de acordo com o pensamento do autor estudado.

Consideramos que o livro *Dialética da Dependência* (2000) possui uma formulação teórica bastante rica e densa sobre o assunto, e nos auxiliou muito neste exercício, e exatamente por isso, se tornou a principal referência bibliográfica nos estudos sobre Ruy M. Marini. Porém, utilizamos também importantes comentadores da obra em questão, bem como os livros *Subdesarrollo y Revolución* (1985) e *La acumulación capitalista y el subimperialismo* (1977), do próprio autor estudado, para uma melhor compreensão de seu pensamento.

3.1 A vinculação ao mercado mundial

Para se compreender o subdesenvolvimento da América Latina é necessário compreender a dinâmica de desenvolvimento do modo de produção capitalista como um fenômeno total. Nas palavras de Marini, “La historia del subdesarrollo latinoamericano es la historia del desarrollo del sistema capitalista mundial” (MARINI, 1985, p.3).

É partindo desta constatação que os estudos sobre o subdesenvolvimento passam a buscar historicamente a vinculação, direta e indireta, da América Latina com as demais regiões do mundo (componentes do sistema capitalista mundial), e este ponto de partida está

localizado no surgimento e desenvolvimento do capitalismo na Europa Ocidental, a partir do século XVI, devido a diversos fatores (culturais, sociais, econômicos, políticos e tecnológicos) surgidos na região. O processo de desenvolvimento deste sistema socioeconômico que transcende as fronteiras nacionais recém constituídas na Europa e estimula a formação de um mercado comercial mais amplo, necessário para a expansão da produção e absorção de excedente econômico provinda desta.

Surge assim, neste complexo desdobramento, que só se consolidará como fenômeno total no século XX, o chamado mercado mundial; é a partir da expansão deste, que se inicia a inclusão da América Latina no modo capitalista de produção; inicia-se também a execução de suas funções estruturais para a manutenção e desenvolvimento deste movimento histórico.

Por esse motivo, cumpre ressaltarmos a mudança de eixo ocorrida nas teorias que trabalhavam a questão do subdesenvolvimento após a formulação da Teoria Marxista da Dependência, mudança esta que se fundamenta nas obras de Ruy M. Marini (1971; 1985; 2000) e demais autores. O subdesenvolvimento não é mais encarado como um fenômeno que surge dissociado do desenvolvimento (como propunha as teorias desenvolvimentistas e da modernização), ao contrário, ele possui estreita conexão com o mesmo, sendo inclusive o próprio resultado do desenvolvimento capitalista mundial.

Em outras palavras, é a integração da América Latina no mercado mundial, primeiro, em pleno desenvolvimento do capitalismo em sua fase mercantil e posteriormente, na sua contínua vinculação a este no decorrer do tempo, que constrói sua relação de dependência com os países centrais, mantendo assim sua condição de subdesenvolvimento econômico e social. Aqui, o subdesenvolvimento é o sintoma apresentado por inúmeros países que desenvolveram uma relação dependente frente às economias dos países centrais, ou desenvolvidos (MARINI, 2000).

Mas não basta nos determos na simples constatação deste fato para compreendermos as origens e bases do subdesenvolvimento, é necessário ainda considerar a qualidade do fenômeno, no caso, conhecer e compreender as principais funções sociais da América Latina neste mercado mundial, tanto inicialmente quanto futuramente. Marini (2000) considera duas funções fundamentais atribuídas à América Latina, que marcam profundamente seu desenvolvimento/subdesenvolvimento:

[...] num primeiro momento, contribuiu para o aumento do fluxo de mercadorias e para a expansão dos meios de pagamento (através da produção de metais preciosos e gêneros exóticos, alimentícios) que, ao mesmo tempo, permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa. (MARINI, 2000, p.108).

O que está por trás deste fato é: a sustentação do sistema manufatureiro europeu e a abertura do caminho para a formação da grande indústria, e este grande feito, possibilita a formação de meios extratores e concentradores de capital, como a mais-valia relativa e o intercâmbio desigual respectivamente, que serão abordados posteriormente.

Por enquanto, basta dizermos que esta grande concentração de capital que acontece principalmente na Inglaterra, já que é em seu território que se inicia a Revolução Industrial (porém, cabe dizer que tanto a concentração de capital quanto o processo de industrialização se expandem dentro da Europa Ocidental) a capacita para continuar expandindo sua revolução industrial e para iniciar suas exportações de bens de consumo, manufaturas e capitais para outras regiões.

É neste movimento ao exterior, em sua busca necessária por obter lucros, que o capital britânico se instala nos países coloniais. Tornando predominante na estrutura econômica das colônias, que sofreram as conseqüências deteriorantes do intercâmbio desigual entre seus produtos primários e os produtos manufaturados ingleses, tais como: uma balança comercial deficitária e um setor de exportações estagnado, este capital procurará, portanto: a) suportar a capacidade de importação dos países coloniais, mantendo o consumo dos produtos manufaturados ingleses em alta, e b) adquirir fontes exclusivas de matérias-primas para sua indústria, através da compra ou da construção de instalações produtivas nas colônias, como ocorreu com as Índias Ocidentais Britânicas e a sua produção de açúcar.

Ou seja, os capitais emprestados e investidos, além de estimular o desenvolvimento econômico da Inglaterra em termos de produtividade e acumulação de capital, se transformarão em dívidas, e assim, em transferidores de excedente produzido nas colônias para a metrópole quando aquelas passarem a apresentar saldos positivos em suas relações de comércio exterior. Será tanto através dos serviços da dívida externa (apresentada em “a”), quanto das remessas de lucros (decorrentes da proposição “b”) que o capital estrangeiro britânico irá ser reproduzido e ampliado.

E assim temos a segunda função da América Latina para a consolidação do sistema capitalista mundial, ser fonte produtora de capital, ou seja, de mais-valia a ser apropriada pela metrópole através dos mecanismos citados: o intercâmbio desigual pautado na deterioração dos termos de troca, as remessas de lucro referentes ao capital produtivo instalado em seu território e o beneficiamento do capital bancário através do pagamento dos serviços da dívida externa.

Não se limitando fisicamente a criar as condições necessárias para a formação de um mercado mundial de matérias-primas, de alimentos e de produção de capital como vimos acima, a América Latina contribuirá diretamente para uma mudança qualitativa no processo interno de acumulação de capital na Europa. Da produção de mais-valia absoluta para a produção de mais-valia relativa, ou seja, a capacidade de acumulação passa a depender mais do aumento da produtividade do trabalho do que da exploração do trabalhador.

Fornecendo bens-salários, ou componentes da cesta básica necessária para a manutenção e reprodução da força de trabalho europeia, a um custo mais baixo, o capitalista europeu consegue assim diminuir o tempo de trabalho socialmente necessário para um operário garantir sua existência, o que aumenta conseqüentemente o maior tempo de trabalho excedente, ou seja, de mais-valia, lucro.

É através, portanto, desta estrutura produtiva definida em âmbito mundial, ou o que chamamos de divisão internacional do trabalho, que a América Latina, especializada em fornecer os subsídios materiais e não-materiais (capital) para o desenvolvimento dos países centrais do capitalismo mundial, se insere de forma subordinada e dependente: “as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2000, p.109) e por conseqüência, do subdesenvolvimento.

3.2 Dependência e Subdesenvolvimento:

O que temos como a concepção de Marini (1985; 2000) sobre o subdesenvolvimento é que o mesmo decorre das relações de dependência existentes entre nações formalmente independentes a nível mundial nos âmbitos econômico (produtivos) e político, ou seja, estruturais. Cabe a nós aqui, não dissociar estes dois conceitos, mas aproximá-los para compreendermos sua relação direta. Com este propósito, traçamos algumas características

próprias do capitalismo dependente, aquelas apontadas como fundamentais para se compreender tanto a dependência quanto o subdesenvolvimento econômico e social da América Latina.

Assim, trata-se aqui do intercâmbio desigual, da superexploração da força de trabalho, para posteriormente fazermos algumas considerações sobre o ciclo do capital nestas economias dependentes, fundamentais para se compreender os desdobramentos futuros, ou as tendências do desenvolvimento capitalista dependente.

3.2.1 Intercâmbio Desigual

O intercâmbio desigual é definido pelo resultado de sua atividade: um desfavorecimento das nações não industriais frente às nações industriais concernente à apropriação de mais-valia, originária de seus respectivos processos produtivos, que é transferida dos primeiros para os segundos através das atividades comerciais que realizam entre si. O intercâmbio desigual supõem em definitivo uma transferência de valor, tanto através das próprias leis do intercâmbio quanto através de transgressões cometidas da mesma.

Sendo o intercâmbio de mercadorias exprimido pela troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-las, os mecanismos de transferências de valor se expressam na maneira como se fixam os preços de mercado e os preços de produção, assim, Marini (2000) analisa os mecanismos que atuam internamente na esfera da produção e os que atuam no âmbito das distintas esferas produtivas que se inter-relacionam mundialmente.

O grande fato é, o aumento da oferta mundial de alimentos e matérias-primas foi acompanhado do declínio dos preços desses produtos, relativamente ao preço alcançado pelas manufaturas.

Baseando-se nas constatações feitas por Emmanuel Arghiri, em seu estudo *El Intercambio Desigual* (ARGHIRI, 1971), temos que a transferência de valores da periferia ao centro do capitalismo está relacionada diretamente com o valor da força de trabalho, e por conseqüência, com os salários pagos aos trabalhadores, em cada uma destas regiões, sendo estes mais altos nas regiões desenvolvidas e mais baixos nas subdesenvolvidas. Aplicando a lei do valor de Marx, de forma comparativa, entre as condições econômicas específicas de

produção em cada região, Arghiri (1971) percebe que a deterioração dos termos de troca, fenômeno relacionado diretamente com o afluxo de capitais dos países subdesenvolvidos aos desenvolvidos, ocorre quando há um aumento salarial nos países desenvolvidos, e que a mesma não deixa de existir mesmo com a industrialização do subdesenvolvimento.

A contradição existente no capitalismo com relação aos salários dos trabalhadores, que por um lado tende a ser rebaixado ao máximo possível em nome do lucro, e que por outro lado, é pressionado a aumentar, devido à necessidade de criar-se um mercado consumidor suficiente para a realização da produção, em massa, termina por exigir do capital uma remuneração mais alta para os trabalhadores dos países desenvolvidos. Tem-se assim, um mecanismo de transferência de valor que atua “naturalmente” dentro da lógica de produção do capitalismo mundial.

Da mesma forma que um aumento na capacidade produtiva, ou seja, obter mais produtos em menos tempo, leva a uma baixa dos preços por unidade dos mesmos, e desequilibra a concorrência entre os capitalistas em âmbitos individuais, o mesmo ocorre em relação às nações. Assim, “uma nação pode apresentar preços de produção inferiores a de seus concorrentes sem por isso baixar significativamente os preços de mercado que as condições de produção destes contribuem a fixar” (MARINI, 2000, p.120); a consequência disto: um lucro extraordinário para a nação favorecida deste comércio.

Eis aqui um mecanismo de transferência de valor operante nas esferas produtivas, se tratando de matérias-primas ou manufaturados, internas de cada país e de consonância com leis do intercâmbio. O outro mecanismo, operante no âmbito de distintas esferas produtivas que se inter-relacionam, e que adota mais abertamente um caráter de transgressão das leis de intercâmbio, consiste

[...] no mero fato de que umas (nações) produzem bens que as demais não produzem ou não o podem fazer com a mesma facilidade, e isso permite que as primeiras eludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim um intercâmbio desigual (MARINI, 2000, p.121).

Mesmo com esta transferência de valor entre os países, estruturada através da divisão internacional do trabalho, como o desenvolvimento capitalista continua acontecendo nos países subdesenvolvidos? Cabe considerar aqui que a Teoria Marxista da Dependência, representada neste trabalho por Ruy M. Marini e Andre G. Frank, não sustenta a

impossibilidade de se ver um desenvolvimento capitalista nos países subdesenvolvidos, mas sim que o mesmo está subordinado ao desenvolvimento das nações industriais, ou centrais do capitalismo, o que possui graves conseqüências para as questões sociais existentes nestas regiões, recipientes de “externalidades”.

Mas voltando à pergunta, este desenvolvimento capitalista, entendido como a continuidade do processo de reprodução e ampliação do capital, é possível através de um mecanismo compensatório colocado em prática pelo país dependente, a superexploração da força de trabalho. Em outras palavras, as nações desfavorecidas pelo intercâmbio desigual não procuram corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (algo que não resolveria o seu subdesenvolvimento), mas sim compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional através de uma maior exploração do trabalhador, traço este, considerado por Marini como específico do capitalismo dependente.

3.2.2 Superexploração da força de trabalho

A superexploração do trabalho é uma forma específica de aumentar a produção de mais-valia, e uma forma específica de exploração do trabalhador. Fundada na maior exploração do trabalhador e não na maior capacidade produtiva deste, ela consiste em aumentar a intensidade do trabalho, prolongar a jornada de trabalho e transformar o fundo de consumo do operário em fundo de acumulação, o que basicamente significa transferir a capacidade de consumo necessário ao trabalhador para a manutenção de sua existência, para o bolso do capitalista; através desta operação, a superexploração atua diretamente na ampliação da mais-valia absoluta.

A lógica de reprodução do capital nos países dependentes e subdesenvolvidos é a mesma que nos países desenvolvidos; o que muda são as formas que o capital dispõe para efetuar a apropriação do excedente produzido (escravidão, servidão, assalariamento ou a combinação destas) em cada local e também a forma específica de ciclo que assume. O ciclo do capital nas economias dependentes difere do capitalismo industrial clássico que gerou a dependência.

Portanto, para Marini (2000), nos primeiros ocorre a exploração capitalista pautada na mais-valia absoluta por excelência, enquanto nos segundos, ocorre a exploração

especificamente capitalista, a que se dá através da mais-valia relativa. A diferença qualitativa destas duas formas de expropriação de excedentes se manifesta economicamente, no que tange ao mercado interno, e socialmente, em relação às condições materiais de existência da classe trabalhadora.

Os trabalhadores dos países subdesenvolvidos, após passarem por esse processo de superexploração, não possuem as condições econômicas necessárias para se tornarem consumidores, já que são remunerados abaixo do valor real de sua força de trabalho. O que acontece é uma ruptura no encadeamento entre os processos de produção e consumo, significativo para a contínua reprodução do capital.

Esta ruptura representa em seu quadro geral uma depressão no nível de demanda interna, bem como do mercado interno, e o mercado externo passa a ser a única saída para a produção e para a realização da acumulação capitalista.

Do lado dos países desenvolvidos, a maior amplitude do mercado interno possibilita um processo produção/consumo completo. O aumento significativo nos níveis de produção e por conseqüência no nível de vida dos trabalhadores, já que a produção em massa atingida pela industrialização necessita ser realizada, permite uma acumulação interna de capital e uma alta capacidade de gerar excedente econômico, fonte principal de recursos para serem investidos nas economias subdesenvolvidas.

3.2.3 O ciclo do capital

Nascida para atender às exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação está constituído pelos países industriais e centrado então sobre o mercado mundial, a produção latino-americana não depende, para sua realização, da capacidade interna de consumo. Opera-se assim, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital, produção e circulação, cujo efeito é fazer com que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, isto é, a que opõe o capital e o trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias. (MARINI, 2000, p.132).

O fenômeno descrito possui uma importância fundamental para a compreensão da dinâmica interna do desenvolvimento capitalista nos países dependentes-subdesenvolvidos. Estando o ciclo do capital constantemente interrompido, devido a não complementaridade entre os dois tipos de consumo dos trabalhadores, o consumo de matérias-primas para a

produção e o consumo individual de bens necessários para sua subsistência, fundamental para dar seqüência às novas etapas de acumulação, as burguesias destes países estão obrigadas a direcionar suas produções ao exterior, já que o mercado interno se mantém insuficiente como absorvente. Essa necessidade existente tanto para os capitais nacionais quanto para os estrangeiros (“nacionalizados”) leva à adoção de políticas públicas, tais como: subsídios estatais para a produtividade e o consumo interno e o auxílio institucional na busca por mercados externos para a realização das mercadorias, assunto este tratado com mais detalhes no item “O subimperialismo”.

Sintetizando

A América Latina, sendo incorporada ao mercado mundial para atender os interesses do desenvolvimento capitalista europeu e posteriormente estadunidense, situada especificamente dentro de uma divisão internacional do trabalho imposta, e ainda sofrendo com as perdas de capitais para as economias desenvolvidas através de sua participação no comércio internacional, desigual, os países dependentes se vêem prejudicados economicamente, recorrendo aos mecanismos de violação do valor da força de trabalho, através da superexploração do trabalho, para continuar seu processo de acumulação dependente, e voltando sua produção para o exterior (mesmo local onde ocorre o intercâmbio desigual) em busca de compensar as constantes interrupções no ciclo de capital geradas por este modelo de apropriação de trabalho excedente; socialmente, tais países se deparam com altos índices de marginalidade e pauperização da classe trabalhadora. Parecendo estar introduzida em um ciclo vicioso de aprofundamento da dependência e do subdesenvolvimento, resta ainda analisar as possibilidades de saída dos países dependentes e subdesenvolvidos deste quadro de relações.

3.3 Superação do subdesenvolvimento/dependência

Tanto na Teoria Marxista da Dependência quanto nas obras de R. M. Marini (1977; 1985; 2000), encontramos formulações teóricas referentes a três caminhos possíveis para os países dependentes efetuarem sua transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento econômico e social: o desenvolvimento capitalista autônomo, o subimperialismo e a revolução socialista. Os dois primeiros partilham de um ponto comum, a superação das

condições de subdesenvolvimento estaria na própria lógica do desenvolvimento capitalista; já o terceiro caminho, possui um princípio revolucionário, onde a solução para o subdesenvolvimento e a dependência estaria na supressão das bases e estruturas capitalistas que as geram e perpetuam, ou seja, na retirada do país dependente das relações capitalistas de produção e comércio através da revolução socialista.

Fundamental para a compreensão do subdesenvolvimento, da dependência e das contribuições dos estudos de Marini, vamos agora nos debruçar sobre estes três caminhos.

3.3.1 O desenvolvimento capitalista autônomo

A princípio, a busca de superação das condições de subdesenvolvimento e de desvantagens econômicas em relação aos países desenvolvidos, encontrou respaldo nas teorias da modernização e desenvolvimentistas surgidas nas décadas de 50 e 60 (SANTOS, 2011). A proposta básica destas teorias era que os países subdesenvolvidos apenas se encontravam em uma situação anterior ao desenvolvimento, e que este seria possivelmente alcançado devido à simples introdução dos padrões econômicos, políticos, sociais e institucionais vigentes nos países desenvolvidos.

Os teóricos defensores da adaptação dos países subdesenvolvidos aos traços característicos do processo de desenvolvimento capitalista nos países centrais chegam à conclusão de que a industrialização, através do fomento econômico e da prática política de substituir as importações executadas pelo Estado, alavancaria o subdesenvolvimento rumo ao desenvolvimento e equalizaria suas relações comerciais com o centro.

De fato, a depressão causada no capitalismo central devido às duas Guerras Mundiais e também à crise de 1929, traz um impulso à industrialização dos países periféricos, já que aqueles passavam por um período de restrições econômicas, financeiras e comerciais. Voltando-se para o mercado interno por falta de demanda externa, as economias latino-americanas (maiores exemplo deste fato: Argentina, Brasil e México) se desenvolvem através de uma experiência quase autônoma que marcará o surgimento de uma nova concepção e postura sobre o desenvolvimento capitalista. Como vemos em Marini (2000), sobre A postura de estímulo à industrialização:

É apenas quando a crise da economia capitalista internacional obstaculiza a acumulação baseada na produção para o mercado externo, que o eixo da

acumulação se desloca para a indústria, dando origem à moderna economia industrial que prevalece na região. (MARINI, 2000, p.137).

E sobre a nova concepção de desenvolvimento:

Este direcionamento da produção para o mercado interno

[...] pareceria ser, assim, que o movimento excêntrico que apresentava a economia exportadora começava a corrigir-se e que o capitalismo dependente orientava-se no sentido de uma configuração similar à dos países industriais clássicos. Foi sobre esta base que prosperaram, na década de 50, as distintas correntes chamadas de desenvolvimentistas, que supunham que os problemas econômicos e sociais que afetavam a formação social latino-americana eram devidos a uma insuficiência de seu desenvolvimento capitalista e que a aceleração deste bastaria para fazê-los desaparecer. (MARINI, 2000, p.137).

Marini (1985), em seu texto *Subdesarrollo y Revolución*, mostra o desenvolvimento das relações produtivas logrado neste processo de industrialização, dividindo-o em duas etapas: a primeira, de substituição de bens-de-consumo, acompanhada pela criação de indústrias leves, e a segunda, através da criação da indústria pesada para superar os bloqueios encontrados pela expansão da primeira, ou seja, a necessidade de ampliar o mercado interno e estabelecer um protecionismo ao mercado nacional. Tratava-se de conciliar as frações industriais e agrário-exportadoras da burguesia nacional, onde uma seria suprida de capitais pela outra, para criar as condições necessárias para o desenvolvimento interno e autônomo da nação.

Passado este período de breve desenvolvimento capitalista autônomo, com a reorganização do mercado mundial sobre a hegemonia estadunidense, “el imperialismo afirma su tendencia a la integración de los sistemas de producción” (MARINI, 1985, p.18), e gera uma nova perspectiva para o pensamento desenvolvimentista, o fracasso da industrialização inicial pode ser compensada importando-se capital e tecnologias mais sofisticadas dos países centrais.

A concentração de capital nas mãos de grandes companhias internacionais, ou seja, excedentes econômicos abundantes necessitando de aplicação, aproveitam a tendência declinante do mercado de matérias-primas e a existência de um setor industrial vinculado ao mercado interno para investir seus capitais; o desenvolvimento do setor de bens-de-capitais

nas economias centrais, acompanhado de um considerável progresso tecnológico, passa a incentivar a continuidade dos programas de industrialização, buscando realizar assim, sua produção em massa de equipamentos e aumentar o fluxo de reprodução de seu capital. É, portanto, no momento em que a burguesia nacional busca desenvolver seu próprio setor de bens de capital, ou a indústria pesada, que o assédio do capital estrangeiro a reconverte em sócio menor.

A burguesia industrial muda da idéia de um desenvolvimento autônomo para a idéia de uma integração efetiva com os capitais imperialistas e termina por gerar assim uma nova etapa da dependência. Importando maquinários poupadores de mão-de-obra, o que aumenta o “exército industrial de reserva” e permite o rebaixamento dos salários, os capitalistas locais se beneficiam através da conquista de uma mais-valia extraordinária, através da superexploração do trabalho, e os capitalistas estrangeiros se beneficiam através do resgate de captais feitos na aquisição das tecnologias que se tornaram obsoletas em seus países.

A superexploração do trabalho, que restringe o mercado interno, combinado com o aumento da capacidade produtiva das indústrias leve, intermediária e pesada dos países dependentes, os levam a buscar novos mercados exteriores para realizarem suas produções e manterem seus ciclo de capitais.

Assim, aqueles países que chegaram a concluir um processo industrializante passam a cumprir uma função intermediária na divisão internacional do trabalho devido à sua composição orgânica média de capital, produzindo manufaturados de importância secundária para as indústrias das economias centrais, algo a ser tratado seqüencialmente.

3.3.2 O subimperialismo

É necessário esclarecer que Ruy M. Marini (1977) não trata o subimperialismo como uma alternativa ao subdesenvolvimento, mas indica que este fenômeno se torna importante na análise do desenvolvimento capitalista dependente. Para registrar a insuficiência de materiais analíticos que seu tempo histórico permitiu consultar e para demonstrar a necessidade de se comprovar futuramente esta tendência do capitalismo dependente, Marini considera que “más allá de ser una categoría analítica, el subimperialismo es un fenómeno histórico y, en tanto

que tal, su estudio exige el examen detenido de su proceso de desarrollo” (MARINI, 1977, p.21).

Portanto, como os estudos sobre o fenômeno do subimperialismo são recentes nas ciências sociais, considerá-lo como um fator de possível superação do subdesenvolvimento é necessário ainda novas análises e pesquisas.

A mudança realizada na busca da burguesia nacional pelo desenvolvimento capitalista, que vai da autonomia para a integração, carrega consigo a adoção de uma nova postura, por parte de alguns países dependentes, frente à sua acumulação de capitais. A reconversão dos países dependentes industrializados à hegemonia do capital estrangeiro (pois não se trata apenas dos capitais estadunidenses) lhes impõe uma nova função na divisão internacional do trabalho, já citada anteriormente, que afeta diretamente as relações entre os países latino-americanos e os centros de dominação imperialista, como também as relações entre aqueles em si:

En el primer caso, se transfieren a dichos países ciertas etapas inferiores del proceso de producción, reservándose los centros imperialistas las etapas más avanzadas (como la producción de computadoras) y el control de la tecnología correspondiente. Cada avance de la industria latinoamericana afirmará, pues, con mayor fuerza su dependencia económica y tecnológica frente a los centros imperialistas. En el segundo caso, se establecen niveles o jerarquías entre los países de la región, según las ramas de producción que desarrollaron o están en condiciones de desarrollar, y se niega a los demás el acceso a dichos tipos de producción, convirtiéndolos en simples mercados consumidores. Las características propias del sistema hacen que este intento de racionalizar la división del trabajo propicie la formación de centros subimperialistas asociados a la metrópoli para explotar a los pueblos vecinos. Su mejor expresión es la política llevada a cabo por el régimen militar de Castelo Branco en Brasil, y que hoy trata de imitar el gobierno argentino. (MARINI, 1985, p.22).

O subimperialismo, portanto, é um movimento do desenvolvimento capitalista dependente e, por isso, surge em detrimento das mudanças ocorridas nos países centrais e dos obstáculos encontrados pelo capital nos últimos. Os investimentos externos, através da exportação de tecnologia obsoleta ou de capitais, por parte dos primeiros, e a insuficiência de absorção da nova produção manufatureira pelo mercado interno dos segundos, leva a burguesia (não cabe aqui chamá-la de “nacional”, pois há uma heterogeneidade em relação às origens dos capitais) a recorrer ao Estado para que este lhe ajude a transpor as dificuldades de realização das mercadorias. Por esses motivos, é chamado:

[...] subimperialismo... la forma que asume la economía dependiente al llegar a la etapa de los monopolios y el capital financiero. El subimperialismo implica dos componentes básicos: por un lado, una composición orgánica media en escala mundial de los aparatos productivos nacionales y, por otro lado, el ejercicio de una política expansionista relativamente autónoma, que no solo se acompaña de una mayor integración al sistema productivo imperialista sino que mantiene en el marco de la hegemonía ejercida por el imperialismo a escala internacional. (MARINI, 1977, p.17).

Tanto na primeira citação como nesta última, vemos que a divisão internacional do trabalho, atuante a nível regional cria novos centros de exploração, localizados na própria periferia capitalista, que se tornam intermediários no processo de exploração mais amplo, o de centro-periferia. Novos centros estes, que atuarão de forma protagônica em suas regiões visando garantir o cumprimento de suas metas capitalistas, a plenitude do processo produção/circulação, inclusive através de mudanças nas estruturas jurídicas e institucionais destes países para a garantia de entrada de capitais, vindos dos centros imperialistas, e de saída de capitais e de mercadorias originados nestes.

Para Marini (1977), a exportação de manufaturas não deve ser considerada como único fator para a caracterização de um país como subimperialista, faz-se necessário verificar se, além disso, o mesmo apresenta uma briga de conquista por mercados.

Encontrando-se incapaz de competir com as burguesias internacionais dos países desenvolvidos no mercado mundial, o país subimperialista é caracterizado por um grande reforço do Estado como agente econômico e político, garantindo os níveis de produtividade e de consumo interno como também, mercados externos para investimentos e exportações, ou seja, para a internacionalização de sua burguesia “nacional” e ou “nacionalizada”. Assim é necessário dizer que, sendo um fenômeno econômico, o subimperialismo também se desdobra como um fenômeno político.

Em sua obra, Marini (1977; 2000) utiliza o Brasil, o México e a Argentina como exemplos de possíveis centros subimperialistas devido às suas dinâmicas econômicas e políticas no cenário mundial, porém considera que “sólo Brasil expressa plenamente, em Latinoamérica, um fenômeno de esta natureza” (MARINI, 1977, p.17), porém, “o subimperialismo não é um fenômeno especificamente brasileiro nem corresponde a uma

anomalia na evolução do capitalismo dependente” (MARINI, 2000, p.150). Consideremos agora o terceiro caminho.

3.3.3 O socialismo: a retirada dos países subdesenvolvidos do sistema capitalista

O terceiro caminho possível para os países dependentes e subdesenvolvidos saírem destas condições é a sua retirada do sistema capitalista mundial através de uma revolução social orientada para o socialismo.

Procurando estabelecer através de seus estudos o rigor científico e revolucionário da sociologia marxista, porém vivendo em uma época de intensa luta contra-revolucionária por parte dos países latino-americanos e suas classes burguesas, Marini limita sua obra geral e sua militância política à consolidação de um movimento revolucionário da classe trabalhadora que obtivesse êxito em sua agenda de libertação.

Por este mesmo motivo o autor não adentra nos aspectos concretos de como a economia política socialista contribuiria para a superação do subdesenvolvimento, porém sinaliza a eficácia deste movimento histórico como um fator lógico, pois, sendo o socialismo o modo de produção que, através da racionalidade humana, constrói novos padrões de convivência em sociedade, suprimindo as relações de exploração inerentes à sociedade capitalista, pois sua proposta de economia não está direcionada mais para a obtenção de mais-valia (ou lucros) para os donos dos meios-de-produção e sim para a construção coletiva de uma sociedade baseada no princípio da igualdade material.

Se o capitalismo mundial e suas estruturas elementares de funcionamento foram capazes de produzir o subdesenvolvimento de grandes populações humanas, e de conservá-las (ou até mesmo aprofundar essas relações desiguais) nestas condições no decorrer de seu desenvolvimento, chegamos assim à conclusão de que apenas um sistema socioeconômico revolucionário, que transforme as bases materiais da sociedade (suas relações produtivas), e posteriormente sua superestrutura ideológica (política, jurídica, filosófica e etc.) poderia transcender a objetividade e a subjetividade do subdesenvolvimento e dos subdesenvolvidos.

Assim, a revolução socialista é a única forma possível de se alcançar o verdadeiro desenvolvimento econômico e social, já que suplantaria em definitivo as relações sociais de exploração da sociedade capitalista, e é também, a proposta de fundo de toda a teoria de

Marini, que através de seu estudo sistemático da situação econômica e social na qual os países latino-americanos estão imersos, percebe que dentro das estruturas mundiais do capitalismo o “fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela oferece” (Marini, 2000, pg. 109).

Por estes motivos, a análise objetiva do subdesenvolvimento e da dependência, bem como do desenvolvimento do capitalismo na periferia, tem como base teórica, a luta de classes, tanto em sua decorrência nacional quanto internacional.

A revolução socialista está para ser construída à medida que os trabalhadores do campo e da cidade, ambos inseridos na superexploração do trabalho, juntamente com suas vanguardas política ingressarem no processo de “sustitución del actual sistema de producción por otro que permita la plena expansión de las fuerzas productivas, y que redunde en una elevación efectiva de los niveles de trabajo y de consumo, es decir, el sistema socialista” (MARINI, 1985, p.23).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após efetuar este esforço, onde procuramos trazer de forma abrangente o pensamento dos autores estudados e suas principais diretrizes e concepções teóricas sobre o subdesenvolvimento, abordamos aqui os pontos-chave presentes nas teorias dos mesmos, tendo como horizonte a articulação de suas idéias e a formação de um arcabouço teórico e conceitual sobre o fenômeno em questão.

Para trabalharmos com as divergências e convergências existentes entre os enfoques de cada um dos três autores, em busca de uma visão mais ampla sobre o subdesenvolvimento, passamos a analisá-los diante das quatro variáveis estabelecidas no início desta monografia. Estas são os pontos norteadores de nossos estudos realizados e os encaminham rumo aos nossos objetivos. Sendo nossas variáveis: a origem, as causas, as conseqüências e as vias de superação em relação ao subdesenvolvimento, inter-relacionamos através das mesmas, os três autores e suas teses. E por último, procuramos confirmar ou não nossa hipótese.

- **Origem**

Considerando que os três autores se utilizam da teoria marxista para darem explicações a cerca do subdesenvolvimento, eles partem de uma perspectiva comum sobre a origem do mesmo: o processo de desenvolvimento do capitalismo mundial. Como foi demonstrado nos estudos sobre Andre G. Frank (1971; 1973; 1978; 1980), vemos que o autor debate acerca dos problemas das ciências sociais em geral quando estas não analisam os processos de desenvolvimento e de subdesenvolvimento através de uma perspectiva de totalidade, perde-se assim, a capacidade de enfrentar eficazmente a realidade subdesenvolvida, pois a mesma, que é encarada por muitos autores como algo fechado em si mesmo, que não possui vínculo nem histórico e nem estrutural com o sistema capitalista mundial, está diretamente relacionada com o desenvolvimento.

Paul A. Baran (1966; 1986), através dos exemplos da Índia e do Japão, procura demonstrar a mesma relação íntima existente entre a inserção ou não de certos países na lógica predatória do capitalismo mercantil em ascensão e as possibilidades reais destes de encontrar o desenvolvimento econômico e social. Por fim, Ruy M. Marini (1977; 1985; 2000)

parte da mesma concepção teórica quando procura demonstrar a contribuição específica da América Latina para o processo de desenvolvimento do capitalismo central. Podemos considerar, no entanto, que a origem do subdesenvolvimento está diretamente relacionada com o movimento de inserção de alguns países periféricos dentro da lógica capitalista de produção, sendo esta essencialmente predatória e exploratória; o que marca este momento de inserção como originário do subdesenvolvimento é o estabelecimento, desde o exterior, de estruturas internas nestes países que garantem a continuidade deste relacionamento entre nações.

- **Causas**

Os três autores concordam plenamente que a principal causa do subdesenvolvimento não é tão somente a inserção das demais grandes regiões no modo capitalista de produção mundial expansivo desde algumas nações da Europa Ocidental, mas também a forma como foi concretizada esta inserção. Podemos adjetivar a este momento como sendo predatório, explorador e de dominação, já que esta inserção foi baseada no permanente saqueio de riquezas, naturais e também humanas, e na constante dominação política e militar.

Decorrem deste processo dois fatores fundamentais para a gênese do subdesenvolvimento: 1) a constante destruição e/ou desarticulação dos modos de produção tradicionais destas regiões, o que conseqüentemente gera uma interrupção contínua no desenvolvimento local e também, no movimento de acumulação primitiva destas sociedades, tal processo possui sua força motriz na expansão e introdução do modo capitalista nas diversas regiões do mundo; esta conversão dos modos tradicionais ao modo capitalista de produção tem o subseqüente direcionamento desta para o favorecimento dos interesses das metrópoles, ou seja, temos 2) a formação nos países subdesenvolvidos de uma estrutura econômica e posteriormente política, cultural e social, que permitirá a permanente descapitalização de suas economias, através da constante transferência de recursos materiais (matérias-primas, alimentos e produtos manufaturados, posteriormente) e também imateriais como os capitais, em forma de lucros, pagamentos de juros e deterioração dos termos de troca.

Para Baran (1986), o fenômeno acima é caracterizado como um processo de absorção do excedente econômico efetivo, produzido nos países colonizados, pelos monopólios

existentes nos países centrais do capitalismo (e pelos Estados que os resguardam). Esta combinação de destruição dos processos tradicionais de acumulação primitiva e de posterior descapitalização econômica, através da prática de saqueios em um primeiro momento, e das transferências de valores posteriormente, leva o autor a considerar o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos como um processo obstaculizado pela própria dinâmica do capitalismo em sua fase monopolística de produtividade, principalmente no que se refere ao processo de industrialização, que para o autor é fundamental para a emancipação dos povos frente ao subdesenvolvimento.

Partindo destas constatações, Baran, Frank e Marini dão um passo a mais na construção teórica acerca destas idéias, e percebem que o subdesenvolvimento é um fenômeno vinculado e produzido por uma relação de dependência.

Ou seja, o processo de vinculação de alguns países ao sistema capitalista mundial e suas estruturas, gerou nestes, estruturas internas que não apenas edificaram uma situação de subdesenvolvimento econômico e social, mas também que conservaria a mesma, no decorrer do processo de desenvolvimento do capitalismo mundial. Podemos citar aqui a divisão internacional do trabalho e o intercâmbio desigual, como exemplo de estruturas externas, e a divisão social do trabalho e as relações de classe, como exemplo de estruturas internas.

Para estes autores, mesmo os esforços de industrialização, feito por estes países dependentes, não resultaria em uma emancipação frente ao subdesenvolvimento e/ou dependência, mas criaria apenas um novo quadro geral onde continuaria ocorrendo estas relações, crítica que ambos fazem às teorias desenvolvimentistas e ao programa de desenvolvimento da CEPAL (Comissão Econômica Para América Latina e Caribe).

Não podemos comparar aqui o programa de industrialização proposto por Baran (1986) com os programas da CEPAL ou dos teóricos desenvolvimentista, já que o primeiro propõe uma industrialização dentro de uma economia planificada, onde o fator principal desta é a produção do excedente econômico planificado, e os segundos não propõem em nenhum momento a saída dos países subdesenvolvidos do modo-de-produção capitalista mundial.

De acordo com Martins (2011, p.176), Baran e Frank partilham de uma convergência analítica “relativa à apropriação internacional dos excedentes dos países periféricos e subdesenvolvidos por meio dos monopólios comerciais, produtivos e financeiros controlados desde os países centrais”, o que leva Baran (1986) a considerar que

a gestão socialista do excedente econômico das economias subdesenvolvidas assegurava não somente uma melhor distribuição de renda como também um crescimento econômico mais rápido equilibrado (SANTOS, 2011, p.7).

- **Conseqüências**

As conseqüências deste processo de gênese e consolidação do subdesenvolvimento são diversas, e se manifestam na totalidade social destes países. Os autores aqui estudados nos fornecem constatações importantes sobre algumas destas conseqüências, que são fundamentais para se compreender a dimensão e a dinâmica do fenômeno.

Como vimos em Baran (1966; 1986), a conseqüência deste contínuo processo de absorção do excedente econômico de uma parte pela outra, é uma inevitável estagnação do movimento de desenvolvimento da primeira; com a falta de controle sobre o afluxo de excedente econômico, os países subdesenvolvidos perdem sua capacidade de reinvesti-lo em uma ampliação de suas capacidades produtivas. Assim, por exemplo, os países subdesenvolvidos encontram um obstáculo enorme no seu processo de industrialização, o que os mantém com uma baixa produção *per capita*, traço elegido pelo autor como um dos principais do subdesenvolvimento.

Já em Frank (1973; 1978; 1980), as estruturas do subdesenvolvimento se consolidam cada vez mais com o desenvolvimento do capitalismo central, pois o que ocorre para ele é o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. Por mais que os períodos de crise econômica e social nos países metropolitanos possibilitem um desenvolvimento autônomo em seus satélites, estes são recolocados em sua órbita assim que as economias dos primeiros voltam a se estabilizarem e a funcionarem como antes.

Portanto, a industrialização permite um desenvolvimento econômico de fato, porém não duradouro e muito menos emancipatório. As conseqüências desta localização dependente no sistema capitalista mundial é uma subordinação da estrutura produtiva interna ao mercado externo, uma pauperização dos povos nativos das regiões subdesenvolvidas e uma constante expropriação/apropriação de excedente econômico, confirmando sua máxima.

Por último, em Marini (1977; 1985; 2000), os processos de apropriação de excedentes econômicos pela metrópole, possibilitados pelas estruturas do sistema capitalista mundial (como a divisão internacional do trabalho e o intercâmbio desigual, que estabelecem as

relações internacionais dos países subdesenvolvidos com os desenvolvidos, e direcionam parte do processo de acumulação de capital efetuado nos primeiros para o exterior), geram nos países subdesenvolvido-dependentes, um mecanismo de compensação para esta perda: a superexploração do trabalho. Marini (2000) percebe que este fenômeno é típico das economias capitalistas dependentes que, através de uma maior exploração da força de trabalho, objetivando extrair uma maior mais-valia absoluta, procura reter maior quantidade de capital. As grandes conseqüências disto são: uma pauperização aguda da classe trabalhadora superexplorada, que passa a ter um poder restrito de consumo; e uma restrição do mercado interno como mecanismo de realização do ciclo de capital (produção/circulação).

Desta situação decorre: a necessidade de importação de capitais e tecnologia dos países centrais; o objetivo disto é desobstruir esta deficiência interna do ciclo de capital e manter o desenvolvimento capitalista dependente com o aumento da produtividade, e assim, surge a necessidade de buscar mercados externos para realizar as mercadorias produzidas e concluir o ciclo do capital.

A importação de maquinaria estrangeira, poupadora de mão de obra, ainda leva a um aumento do exército industrial de reserva e também dos índices de marginalização social; a busca por mercados externos, mais característico dos países dependentes que alcançaram uma determinada estrutura produtiva interna e uma posição intermediária no processo produtivo mundial (como Brasil, México e Argentina), levam-nos a uma política subimperialista que não visa necessariamente uma integração entre os demais países dependentes (MARINI, 2000).

- **Vias de superação**

Neste ponto, temos uma postura comum aos três autores para a superação destas condições econômicas e sociais que enfrentam os países subdesenvolvidos e que afetam o pleno desenvolvimento de suas sociedades. Sendo o subdesenvolvimento decorrente de um processo de interação dialética entre as estruturas internas (sócio-política e econômica) destes países e as estruturas externas do capitalismo mundial, sua retirada da lógica capitalista de produção é considerada a única alternativa possível para um efetivo projeto de desenvolvimento.

Entre os três autores, temos posturas diferentes sobre a maneira de como executar tal retirada, porém nenhum deles desconsidera este movimento como a própria luta de classes, a nível nacional e internacional. A luta social pela implantação do modo de produção socialista, baseado na propriedade coletiva, na geração do excedente econômico planejado e nas relações produtivas não direcionadas para a criação de mais-valia, suprimiria o modelo exploratório intrínseco do capitalismo e suas conseqüências sociais inevitáveis, componentes do fenômeno aqui estudado.

Com estas contribuições analíticas e teóricas destes autores criamos um panorama geral sobre a perspectiva marxista do subdesenvolvimento. Destacamos aqui o conceito de excedente econômico de Paul Baran (1966; 1968); os estudos históricos sobre o fenômeno e as contribuições teóricas ao marxismo e às ciências sociais em geral, através das considerações sobre o processo de “desenvolvimento do subdesenvolvimento” de Frank (1971; 1973; 1978; 1980); a análise da dependência de Marini (1977; 1985; 2000) e de suas conseqüências, destacando aqui os fenômenos do subimperialismo e o da superexploração do trabalho; e referente aos três autores, destaca-se a busca pela compreensão totalizante do fenômeno, a procura por perceber os movimentos dialéticos do desenvolvimento capitalista e as constantes revisões teóricas seguidas de críticas pertinentes acerca de outros pensadores, quando as análises destes conduziam a erros práticos na luta pela superação do subdesenvolvimento.

De fato, mesmo pertencendo a uma mesma corrente filosófica e científica de abordagem, o recorte teórico feito por cada autor e a temporalidade de suas interpretações trazem consigo diferenças analíticas sobre o fenômeno e seus desdobramentos. Portanto, nossa hipótese inicial deste estudo é positivamente confirmada, pois as considerações feitas por cada autor sobre o fenômeno estudado são de diversas, porém complementares, e colocadas em um mesmo estudo, proporcionam uma maior facilidade de compreensão e domínio do mesmo.

5 REFERÊNCIAS

EMMANUEL, Arghiri. El Intercambio desigual. **Cuadernos de Pasado y Presente**, Córdoba, n.24, p.5-32, 1971.

BARAN, Paul. **Economia política do desenvolvimento**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. **Capitalismo monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

FRANK, André G. **Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1980.

_____. **Capitalismo y Subdesarrollo en América Latina**. Ciudad de México: Siglo Veintiuno, 1978.

_____. **América Latina: Subdesarrollo o Revolución**. Ciudad de México: ERA, 1973.

_____. **Do Subdesenvolvimento Capitalista**. Lisboa: Edições 70, 1971.

LENIN, V. **Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**. 2ª edição, São Paulo: Global, 1982.

MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira**. 3ª edição, Petrópolis: Vozes, 1985

MARINI, Ruy M. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. Retirado de **Cuadernos Políticos** n°12, México: ERA, 1977. Disponível em: <<http://www.marini-escritos.unam.mx>> Acesso em: 12 mai. 2011.

_____. **Dialética da Dependência – uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Subdesarrollo y Revolución**. México: Siglo Vinteuno, 12ª Edição, 1985.

MARTINS, Carlos M. **O Pensamento Latino-americano e o Sistema Mundial**. Disponível em:

<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/critica/C03CMartins.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2011.

MARX, Karl. Acumulação do Capital In: **O Capital** Livro I, Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, pp. 655 – 879.

SANTOS, Theotônio dos. **A Teoria da Dependência: um balanço histórico e teórico**. Disponível em: <<http://www.reggen.org.br/midia/documentos/ateoriadadependencia.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2011.

6 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AMARAL, Marisa S. Neoliberalismo na America Latina e a nova fase da dependência. In: COLÓQUI CEMARX, 5., 2007, Campinas. **Anais...** Campinas: Ed. da Unicamp, 2007. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/Marisa_Amaral.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2011.

BORÓN, Atílio. Teoria(s) de la dependência. **Revista Realidad Económica**, Buenos Aires, n.238, p.20-43, oct. 2008. Disponível em: <<http://www.iade.org.ar/uploads/c87bbfe5-15d6-9281.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2011.

CARCANHOLO, Marcelo D. Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico. In: SADER, Emir; SANTOS, Theotônio dos (Coord.). **A América Latina e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. da PUC - Rio; São Paulo: Boitempo, 2009. p.251-264.

DUARTE, Pedro H. E. A Teoria da Dependência: interpretações sobre o (sub) desenvolvimento na América Latina. In: COLÓQUI CEMARX, 5., 2007, Campinas. **Anais...** Campinas: Ed. da Unicamp, 2007. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/Pedro_Duarte.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2011.

JEDILICK, Cláudio. **El intercambio desigual**. Disponível em: <http://www.jussemp.org/Inicio/Recursos/Jedlicki_IntercambioDes.pdf>. Acesso em: 02 maio. 2011.

MARTINS, Carlos M. A superexploração do trabalho e a economia política da dependência In: SADER, Emir; SANTOS, Theotônio dos (Coord.). **A América Latina e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. da PUC - Rio; São Paulo: Boitempo, 2009. p.189-216.

MUNTEAL, Oswaldo. Ser ou não ser subdesenvolvido: a dialética da dependência e a historia do Brasil In: SADER, Emir; SANTOS, Theotônio dos (Coord.). **A América Latina e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. da PUC - Rio; São Paulo: Boitempo, 2009. p.317-331.

OSÓRIO, Jaime. Dependência e superexploração In: SADER, Emir; SANTOS, Theotônio dos (Coord.). **A América Latina e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. da PUC - Rio; São Paulo: Boitempo, 2009. p.167-187.

SALAMA, Pierre. A abertura revisitada: crítica teórica e empírica do livre-comércio: atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini sobre a mais-valia absoluta In: SADER, Emir; SANTOS, Theotônio dos (Coord.). **A América Latina e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. da PUC - Rio; São Paulo: Boitempo, 2009. p.217-250.

SANTOS, Theotônio dos. The structure of dependence. **American Economic Review**, New York, v.60, n.2, p.231-236, 1970.

WILSON, Edmund. **Rumo à estação Finlândia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.